

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO**  
**COMPANHIA CARIOCA DE PARCERIAS E INVESTIMENTOS - CCPAR**  
**PE Nº 90346/2026**

## **1. INTRODUÇÃO**

1.1 – O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio da Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos - CCPAR, torna público que fará a licitação, sob a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, pelo critério de julgamento menor preço global, para a contratação de empresa operadora de plano privado de assistência à saúde ou seguradora especializada em seguro saúde, devidamente registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), para prestação continuada de serviços de assistência médico-hospitalar aos empregados da Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos – CCPAR e seus dependentes conforme caracterizados e especificados neste Edital e no Termo de Referência, na forma da Lei.

1.2 – A presente licitação se rege por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pelas normas de caráter geral da Lei Federal nº 13.303/2016. A presente licitação se rege por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pelas normas de caráter geral da Lei Federal 13.303/16, pelas disposições específicas da modalidade Pregão previstas na Lei Federal nº 14.133/21, pelo Decreto Municipal nº 44.698/18, pelo Regulamento de Licitações e Contratos da CCPAR, disponibilizado na página desta na internet, pelos Decretos Municipais nº 23.957/04 e 30.538/09, pela Lei Complementar Federal nº 123/06 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações, pelo Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro – CAF, instituído pela Lei nº 207/80, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar nº 1/90, pelo Regulamento Geral do Código supracitado – RGCAF, aprovado pelo Decreto Municipal nº 3.221/81, e suas alterações, pela Lei Complementar Municipal nº 111/11 – Plano Diretor e de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro, pelos Decretos Municipais nº 17.907/99, 21.083/02, 21.253/02, 22.136/02, 27.715/07, 31.349/09, 40.286/15 e nº 43.612/2017, com suas alterações posteriores, pelo Decreto Municipal 33.041/10, pelas normas de direito penal contidas no Capítulo II-B do Código Penal, incluído pela Lei 14.133/21, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.

1.3 – A presente licitação será processada exclusivamente por meio eletrônico, sendo utilizado o Portal de Compras do Governo Federal, disponibilizado e processado no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, mantido pelo Governo Federal, e regulamentado pelo Decreto Federal nº 10.024/2019, a que as licitantes interessadas se submetem, devendo providenciar o seu credenciamento junto ao referido sistema, no sítio antes indicado, para obtenção da chave de identificação e da senha, antes da data determinada para a realização do Pregão Eletrônico.

1.3.1 – O Edital será disponibilizado no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, bem como no Portal da CCPAR, no endereço eletrônico <https://www.ccpa.rj>.

1.4 – As retificações do Edital obrigam todas as licitantes e serão divulgadas pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

1.5 – A licitação que é objeto do presente Edital poderá ser adiada ou revogada por razões de interesse público, sem que caiba às licitantes qualquer direito a reclamação ou indenização por estes motivos, de acordo com o art. 387 do RGCAF.

1.6 – Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao Pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, endereçado ao correio eletrônico [pregoeiro@ccpar.com.br](mailto:pregoeiro@ccpar.com.br).

1.6.1 – O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

1.7 – Os interessados poderão formular impugnações até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública por meio eletrônico, endereçado ao correio eletrônico: [pregoeiro@ccpar.com.br](mailto:pregoeiro@ccpar.com.br).

1.7.1 – Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

1.8 – A licitação não prosseguirá nos atos ulteriores até que sejam prestados os esclarecimentos ou respondidas as impugnações existentes. Oferecida a resposta da Administração, a sessão pública de abertura da licitação será realizada nos prazos indicados no item 3.1, conforme o caso, no mesmo horário e local, salvo quando houver designação expressa de outra data pelo Pregoeiro a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

## **2. AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO**

2.1 – Autorização do Responsável pelo Expediente, constante do Processo Administrativo nº 006600.000344/2026-83 de 01/06/2026, publicada no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO de 02/06/2026.

## **3. DIA, HORÁRIO E LOCAL DA ABERTURA DA LICITAÇÃO**

3.1 – No dia 18 de junho de 2026, às 10h, o Pregoeiro iniciará a sessão pública do Pregão Eletrônico PE - CCPAR Nº 90346/2026, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> (Portal de Compras do Governo Federal).

3.2 – No caso de a licitação não poder ser realizada na data estabelecida, será adiada para o primeiro dia útil posterior, no mesmo horário e local, salvo designação expressa de outra data pelo Pregoeiro a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

#### **4. OBJETO**

4.1 – O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa operadora de plano privado de assistência à saúde ou seguradora especializada em seguro saúde, devidamente registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), para prestação continuada de serviços de assistência médico-hospitalar aos empregados da Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos – CCPAR e seus dependentes.

#### **5. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

5.1 – Os recursos necessários à aquisição do objeto ora licitado correrão à conta de dotação orçamentária própria.

5.2 – O valor estimado da licitação será sigiloso, em atendimento ao que dispõe o art. 45 do Decreto Municipal nº 44/698/2018 e na forma do Regulamento de Licitações e Contratos da CCPAR.

#### **6. CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

6.1 – O critério de julgamento da presente licitação é o menor preço global.

#### **7. PRAZOS**

7.1 – A contratação terá eficácia a partir da data da assinatura do contrato até 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data estabelecida no memorando de início, se houver.

7.2 – O prazo de execução dos serviços poderá ser prorrogado ou alterado nos termos do Decreto Municipal nº 44.698/2018 e do Regulamento de Licitações e Contratos da CCPAR.

7.2.1 – No caso de serviços continuados, o contrato poderá ser prorrogado até 5 (cinco) anos, na forma do Decreto Municipal nº 44.698/2018 e do Regulamento de Licitações e Contratos da CCPAR.

7.2.2 – O prazo de garantia convencional por conta da CONTRATADA será de 24 (vinte e quatro) meses a contar do início da prestação dos serviços na forma do Termo de Referência, sem prejuízo da garantia legal de adequação dos serviços/produtos.

7.3 – As licitantes ficam obrigadas a manter a validade da proposta por 60 (sessenta) dias, contados da data da realização da licitação.

7.4 – Decorrido o prazo consignado no item anterior sem que tenha havido convocação para assinatura do termo de contrato ou retirada do instrumento equivalente, as licitantes ficarão liberadas de quaisquer compromissos assumidos.

## **8. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

8.1 – Para a participação nesta licitação é necessário que o interessado esteja previamente credenciado junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e junto ao Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP - Brasil.

8.2 – Para participação na Pregão Eletrônico, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

8.3 – A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado, ao acessar inicialmente o ambiente eletrônico de contratações, declare, nos campos próprios, que inexistirá qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, que conhece e aceita o regulamento do sistema de compras eletrônicas relativo à Pregão Eletrônico e que se responsabiliza pela origem e procedência dos bens que cotar.

8.4 – A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no Pregão Eletrônico por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

8.5 – Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada Pregão Eletrônico.

8.6 – O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

8.7 – Será permitida a participação de sociedades cooperativas, desde que apresentem a documentação de habilitação descrita no subitem (A.7) do item 13.

8.8 – Será permitida a participação em consórcios, sujeita às seguintes regras:

(a) as empresas consorciadas apresentarão instrumento público ou particular de compromisso de constituição de consórcio, subscrito por todas elas, indicando a empresa líder, que será responsável principal, perante a CCPar, pelos atos praticados pelo Consórcio, sem prejuízo da responsabilidade solidária estabelecida na alínea (d). Por meio do referido instrumento a empresa líder terá poderes para requerer, transigir, receber e dar quitação.

(b) apresentação conjunta, mas individualizada, da documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômico-financeira, à regularidade fiscal e à regularidade trabalhista. As consorciadas poderão somar seus quantitativos técnicos e econômico-financeiros, estes últimos na proporção da respectiva participação no Consórcio, para o fim de atingir os limites fixados neste Edital relativamente à qualificação técnica e econômico-financeira. Não será admitida, contudo, a soma de índices de liquidez e endividamento, para fins de qualificação econômico-financeira;

(c) as empresas consorciadas não poderão participar da licitação isoladamente, nem por intermédio de mais de um consórcio;

(d) as empresas consorciadas responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase da licitação quanto na da execução do Contrato;

(e) o consórcio vencedor, quando for o caso, ficará obrigado a promover a sua constituição e registro antes da celebração do Contrato.

8.9 – Não serão aceitas na presente licitação as licitantes que tenham participado da elaboração do(s) projeto(s) relacionado(s) ao objeto desta licitação, bem como aquelas cujo quadro técnico seja integrado por profissional que tenha atuado como autor ou colaborador do Termo de Referência.

8.10 – As operações societárias promovidas pela empresa licitante ou contratada deverão ser submetidas à prévia aprovação da CCPAR, para verificação de suas implicações com o objeto do Contrato, que poderá ser extinto em qualquer hipótese de prejuízo ou elevação de risco para o seu cumprimento.

8.11 – Não será permitida, ainda, a participação de licitantes na licitação nas seguintes hipóteses:

- I. cujos administradores, dirigentes, dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam servidores da Administração Direta ou empregados, diretores ou conselheiros de entidade da Administração Indireta do Município, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data do ato convocatório, ou tenham ocupado cargo ou emprego integrante dos 1º e 2º escalões da Administração Direta ou das entidades da Administração Indireta do Município do Rio de Janeiro, nos últimos 12 (doze) meses, devendo apresentar declaração de atendimento a tal requisito;
- II. suspensas pela CCPAR;

- III. declaradas inidôneas pela União, por estado, pelo distrito Federal, pelo Município do Rio de Janeiro ou pela CCPAR, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- IV. constituídas por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- V. constituídas por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que derem ensejo à sanção;
- VI. cujos administradores tenham sido sócios ou administradores de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- VII. que tiverem, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

8.11.1 - Aplica-se, também, a vedação anteriormente citada:

- I. À contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como a participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;
- II. A quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
  - a. Dirigente da CCPAR;
  - b. Empregado da CCPAR cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;
  - c. Autoridade do ente público a que a CCPAR esteja vinculada.
- III. Cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CCPAR há menos de 6 (seis) meses.

8.12 – Não será permitida a participação na licitação de mais de uma sociedade sob o controle de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas, na qualidade simultaneamente, de simples proponente e de integrante de consórcio, ou de integrantes de um ou mais consórcios.

8.13 - Não será permitida a participação de licitantes quando caracterizar nepotismo, conflito de interesses, tráfico de influência ou qualquer das vedações contidas no Decreto Rio nº 51.260/2022.

8.14 – Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si, conforme o inciso V do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.15 – Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

8.16 – As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, visando à habilitação, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal.

8.16.1 – A empresa estrangeira, que concorrer isoladamente ou como líder de consórcio, deve informar endereço de representante em território brasileiro, com poderes para receber intimação e citação, bem como endereço eletrônico para comunicações.

8.17. – O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

## **9. CREDENCIAMENTO**

9.1 – Todo o procedimento para credenciamento e cadastramento consta do “Manual do Fornecedor”, disponibilizado no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

9.1.1 – O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG – Sistema de Compras do Governo Federal.

9.1.2 – O referido credenciamento depende de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

9.1.2.1 – É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados nos itens 9.1.1 e 9.1.2 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.1.3 – O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilização legal da licitante e do seu representante legal, além da presunção de sua capacidade técnica para realizar transações inerentes à Concorrência.

9.1.4 – É de exclusiva responsabilidade da licitante a utilização da senha de acesso, inclusive qualquer transação efetuada diretamente ou por representante, não sendo cabível ao Provedor do Sistema ou a COMPANHIA CARIOCA DE PARCERIAS E INVESTIMENTOS - CCPAR, promotor da presente licitação, responsabilidades por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

9.1.5 – A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio do acesso.

## **10. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇO E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

10.1 – Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública prevista no item 3.1.

10.1.1 – A etapa de que trata o item 10.1 será encerrada com a abertura da sessão pública.

10.1.2 – As propostas de preço serão ofertadas com base no menor preço global do objeto licitado.

**10.1.3 – A apresentação da proposta detalhe (anexo I) deverá vir acompanhada da apresentação da planilha com os valores por faixa (anexo II).**

10.2 – Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

10.3 – No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

10.3.1 – está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

10.3.2 – não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

10.3.3 – não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

10.3.4 – cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz; previstas em lei e em outras normas específicas.

10.3.5 – o licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.4 – A falsidade das declarações de que tratam os itens 10.3.1/10.3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

10.5 – As licitantes poderão retirar ou substituir suas propostas inseridas no sistema, até a abertura da sessão pública da presente licitação, no dia e horário previstos no item 3.1.

10.5.1 – A proposta do licitante melhor classificado somente será disponibilizada para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

10.5.2 – Encerrada a etapa de lances e negociação, o Pregoeiro examinará a proposta do licitante mais bem classificado quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado, a sua exequibilidade e adequação do objeto e, depois, solicitará a apresentação da Proposta Final, a Planilha de Custos e Formação de Preços, quando solicitada no Edital e seus anexos, e Documentos de Habilitação descritos no item 13, no prazo de 2 (duas) horas, contados da convocação feita pelo Pregoeiro no sistema eletrônico.

10.5.3 – O prazo estabelecido no item 10.5.2 pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes do findo o prazo.

10.5.4 – Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, em formato digital, nos termos do item 12.4.2.

10.5.5 – O Pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhe atribuirá validade e eficácia para fins de classificação.

10.5.6 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 13.5, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

10.5.7 – Não será estabelecida nesta etapa do certame ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização de procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

10.6 – No preço proposto serão computadas todas as despesas para a execução do contrato, incluindo a totalidade dos custos diretos e indiretos do objeto da presente licitação, constituindo obrigação da CONTRATADA o pagamento dos salários de todos os seus empregados e respectivos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e securitários, bem como todos os tributos, encargos fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, inclusive seguros, multas, e outras despesas relacionadas ao objeto da licitação e quaisquer despesas extras e necessárias não especificadas neste Edital, mas julgadas essenciais ao cumprimento do objeto desta licitação.

10.6.1 – As propostas de preços apresentadas por cooperativas de trabalho ou por contribuintes individuais deverão incluir os valores devidos a título de contribuição previdenciária, no montante dos percentuais consignados no **Decreto Rio nº 18.835/00**.

10.7 – O valor total da proposta, acrescido dos valores devidos a título de contribuição previdenciária, na forma do item anterior, será considerado apenas para efeito de comparação com o valor das propostas apresentadas pelas demais licitantes, no momento do seu julgamento.

10.7.1 – O valor devido título de contraprestação pela execução dos serviços será obtido mediante a dedução do valor total da proposta do montante do valor devido a título de contribuição previdenciária, o qual deverá ser recolhido à entidade competente, na forma da legislação.

10.7.2 – Os **custos indiretos**, relacionados com as despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental do objeto licitado, entre outros fatores vinculados ao seu ciclo de vida, poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio, sempre que objetivamente mensuráveis, conforme disposto em regulamento.

10.8 – Nenhuma reivindicação para pagamento adicional será considerada se decorrer de erro ou má interpretação do objeto licitado ou deste Edital. Considerar-se-á que os preços propostos são completos e suficientes para pagar todos os bens.

10.9 – A licitante deverá remeter a proposta de preços devidamente adequada aos preços ofertados na fase competitiva em arquivo único compactado, no curso da sessão pública, quando solicitada a fazê-lo pelo Pregoeiro.

10.10 – As licitantes arcarão com todos os custos relativos à apresentação das suas propostas. A CCPAR, em nenhuma hipótese, será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na licitação ou os seus resultados.

10.11 – Incumbirá, ainda, à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

10.12 – A licitante que se enquadre como microempresa ou empresa de pequeno porte e que queira usufruir do tratamento privilegiado assegurado pelo Decreto Municipal nº 31.349/2009 e pela Lei Complementar Federal nº 123/2006, deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos previstos no referido diploma legal, especialmente no seu art. 3º, sob as penas da lei, em especial do art. 299 do Código Penal.

10.12.1 – A falta da declaração de enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte não conduzirá ao seu afastamento da licitação, mas tão somente dos benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

10.12.2 – A apresentação de declaração falsa de enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte implicará a sua inabilitação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

10.13 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico de todos os campos pertinentes.

## **11. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

11.1 – A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

11.1.1 – Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

11.1.2 – O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

11.2 – O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

11.3 – Serão desclassificadas as propostas:

- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
- b) que contiverem vícios insanáveis;
- c) que apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido;
- e) que apresentarem desconformidade insanável com quaisquer outras exigências do Edital;
- f) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- g) que por ação da licitante ofertante contenha elementos que permitam a sua identificação;
- h) que não tenha indicado a marca dos produtos cotados;
- i) cujo objeto esteja desacompanhado da documentação técnica/certificação exigida no Termo de Referência.

11.3.1 – A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

11.4 – Nas hipóteses em que se configurarem preços inexequíveis, o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, por meio de diligência, averiguarão se a oferta da licitante é viável, dando-lhe a oportunidade de comprovar, documentalmente, serem os custos dos insumos coerentes com os de mercado e os coeficientes de produtividade compatíveis com a execução do objeto licitado, demonstrando a exequibilidade de sua proposta.

11.5 – Após a análise das propostas de preço será divulgada nova grade ordenatória pelo sistema contendo a relação com as propostas classificadas e aquelas desclassificadas mediante decisão motivada do Pregoeiro.

11.6 – O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da etapa de lances.

11.7 – A etapa de lances será realizada exclusivamente por meio do sistema eletrônico para os autores das propostas classificadas.

11.8 – Para a etapa de lances nesta Pregão Eletrônico será adotado o modo de disputa aberto.

11.9 – Aberta a etapa de lances, as licitantes classificadas deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do recebimento do seu lance e do valor consignado no registro.

11.10 – As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação pertinentes.

11.10.1 – O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de R\$100,00 (cem reais) de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

11.10.2 – Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.10.3 – Durante o transcurso da etapa de lances, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

11.10.4 – Não poderá haver desistência dos lances ofertados, a não ser em situação devidamente justificada e aceita pelo Pregoeiro, sujeitando-se a licitante às penalidades previstas no item 20 deste edital.

11.11 – A etapa de envio de lances na sessão pública durará 15 (quinze) minutos.

11.11.1 – Encerrado o prazo previsto no item 11.10, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de 10 (dez) minutos a recepção de lances será automaticamente encerrada.

11.11.2 – Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

11.11.3 – Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá,

assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

11.11.4 – Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 11.11.2 e 11.11.3, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

11.11.5 – Na ausência de lance final e fechado, nos termos dos itens 11.11.2 e 11.11.3, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de 3 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no item 11.11.4.

11.11.6 – Na hipótese de não haver licitante classificada na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o Presidente da Comissão/Agente de Contratação poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do item 11.11.5.

11.12 – Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

11.12.1 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

11.12.2 - A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

11.12.3 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

11.13 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Presidente da Comissão/Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

11.14 - A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

11.15 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.16 - O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

11.17 - Após a negociação do preço, o Presidente da Comissão/Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **12. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DIREITO DE PREFERÊNCIA**

12.1 – Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério do menor preço, sendo considerada mais bem classificada a licitante que, ao final da etapa de lances do Pregão Eletrônico, tenha apresentado lance(s) cujo(s) valor(es) seja(m) igual(is) ou inferior(es) ao(s) previsto(s) na estimativa de valores.

12.1.1 – Caso não venham a ser ofertados lances, será considerada vencedora a licitante que, ao final da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, tenha apresentado proposta(s) cujo(s) valor(es) seja(m) igual(is) ou inferior(es) ao(s) previsto(s) na estimativa de valores.

12.2 – Será assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte em relação àquelas empresas que não detenham essa condição.

12.2.1 – Apenas após a classificação das propostas, as licitantes que se enquadrem como microempresas ou empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006, poderão manifestar esta condição, sendo proibido, sob pena de exclusão deste procedimento, identificarem-se como tal antes do momento determinado neste subitem.

12.2.2 – Serão consideradas em situação de empate as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) àquela considerada mais bem classificada.

12.2.3 – Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar proposta de preço inferior àquela até então considerada a melhor oferta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento da fase de lances, sob pena de preclusão;

b) Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada apresente proposta de preço inferior, esta será considerada a melhor oferta;

c) Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada não apresente proposta de preço inferior, serão convocadas, na ordem classificatória, as demais microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrem na situação de empate antes prevista, para o exercício de igual direito;

d) No caso de equivalência nos valores apresentados por mais de uma microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrem na situação de empate antes prevista, será convocada primeiro para apresentar melhor oferta aquela que tenha tido o seu último lance recebido e registrado em primeiro lugar.

12.2.4 – Caso nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte venha a ter sua proposta considerada a mais bem classificada pelo critério de desempate, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente mais bem classificada do certame.

12.2.5 – Somente haverá aplicação do disposto nos itens acima quando a proposta originalmente mais bem classificada do certame não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

12.3 – Caso esteja configurado empate em primeiro lugar, após a observância do direito de preferência disposto no item 12.2 ou inexistindo proposta de microempresas ou empresas de pequeno porte em situação de empate, será realizada disputa final entre os licitantes empatados, que poderão apresentar novo lance fechado.

12.3.1 – Na hipótese de o disposto no item 12.3 não ser suficiente para solucionar o empate, serão observados, quanto às propostas em situação de empate, os demais critérios e preferências previstos no art. 60, I, II e III do Decreto Municipal nº 44.698/2018.

12.4 – Após o encerramento das etapas anteriores, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante mais bem classificada para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas em edital.

12.4.1 – A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.4.2 – Haverá um prazo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do Pregoeiro no sistema, para corrigir documentos enviados anteriormente que apresentem erros e falhas ou acrescentar documentos ausentes identificados pelo Pregoeiro e pela equipe de apoio, além dos documentos complementares conforme o item 10.5.4. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes do findo o prazo.

12.5 – O Pregoeiro anunciará a licitante detentora da proposta ou do lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação da proposta ou do lance de menor valor.

12.6 – O Pregoeiro poderá requisitar, a qualquer momento, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, demonstração(ões) do(s) serviço(s) ou amostra(s) do(s) produto(s) objeto da presente licitação, na forma do Termo de Referência.

12.6.1 – Durante a licitação, em caso de divergência entre as referidas demonstrações ou amostras e as especificações deste Edital e/ou do Termo de Referência, as propostas serão desclassificadas.

12.6.2 – Na hipótese de não realização, atraso ou de rejeição da demonstração ou amostra apresentada pelo primeiro colocado, serão convocados os licitantes subsequentes na ordem de classificação provisória.

12.7 – Na hipótese de desclassificação de todas as propostas, o Pregoeiro poderá fixar às licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de outras propostas, corrigida das causas de sua desclassificação.

12.8 – Encerradas as negociações e considerada aceitável a oferta de menor valor, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação observando as seguintes diretrizes:

a) O Pregoeiro deverá efetuar consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, de modo a não admitir a permanência, no certame, de licitante declarada suspensa de participar em licitações, impedida de contratar com a Administração ou declarada inidônea.

b) O Pregoeiro verificará o atendimento das condições de habilitação da licitante detentora da oferta de menor valor/maior desconto, por meio de consulta *on line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como apreciará a documentação complementar descrita no item 13 deste edital;

c) Caso os dados e informações existentes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF não atendam aos requisitos estabelecidos no item 13 deste edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos que julgar adequados;

c.1) Essa verificação será registrada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos do processo administrativo respectivo os documentos obtidos por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;

d) A(s) licitante(s) deverá(ão) remeter sua documentação de habilitação em arquivo único compactado, nos termos do item 10.1. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos serão enviados em formato digital, via Portal de Compras do Governo Federal, observado o item 12.4.2.

e) O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública pelo prazo que fixar para a realização de diligências com vistas ao saneamento que trata o item 13.5. A sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

f) A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos equipamentos ou meios eletrônicos de consulta no momento da verificação a que se refere a alínea “b”. Na hipótese de ocorrer essa indisponibilidade, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada.

g) Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

12.9 – Se a oferta não for aceitável, permanecendo acima do máximo estipulado para a contratação no item 5.2, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora.

12.9.1 – Na hipótese de contratação de serviços comuns em que a legislação ou o edital exija apresentação de planilha de composição de preços, essa deverá ser encaminhada exclusivamente via sistema, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, nos termos do item 12.4.2.

12.9.2 – Na hipótese do art. 61, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, o Pregoeiro, após negociar com os demais licitantes, na ordem de classificação, decidirá sobre a aceitabilidade das propostas e, em caso positivo, observará quanto à verificação e comprovação da habilitação, o procedimento previsto no item 12.9.

12.10 – Na hipótese de inabilitação de todas as licitantes, o Pregoeiro poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação, corrigida das causas de suas inabilitações.

12.11 – Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada em que estarão registrados todos os atos e ocorrências do procedimento, a qual será disponibilizada para consulta no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

12.12 – Erros no preenchimento da Planilha da Formação de Preços, quando solicitada no Edital e seus anexos não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

12.13 – Caso o Termo de Referência exija a apresentação de demonstração, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de desclassificação da proposta.

12.14 – Por meio de mensagem no sistema, serão divulgados o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das demonstrações, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

12.15 – Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

12.16 – No caso de atraso ou de não apresentação da demonstração, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, a proposta do licitante será desclassificada.

12.17 – Se a(s) demonstração(ões) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) demonstração(ões) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

12.18 – Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

12.19 – Somente haverá a necessidade de apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

12.19.1 – A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.20 - Constatada a regularidade dos atos praticados pelo Pregoeiro, a autoridade competente adjudicará o item/o grupo da licitação à licitante vencedora e homologará.

### **13. HABILITAÇÃO**

13.1 – O julgamento da habilitação se processará na forma prevista no item 12.9 deste Edital, mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito à:

- (A) Documentação relativa à habilitação jurídica;
- (B) Documentação relativa à habilitação econômico–financeira;
- (C) Documentação relativa à habilitação fiscal;
- (D) Documentação relativa à habilitação social e trabalhista;
- (E) Documentação relativa à qualificação técnica.

13.1.1 – As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento previsto no art. 70, parágrafo único, da Lei Federal nº 13.303/2016.

13.1.2 – Além da documentação de habilitação, as licitantes deverão apresentar declaração dos itens/grupos para os quais oferecerá proposta.

13.2 – Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências deste Edital pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos, exceto nos casos admitidos pela legislação.

13.3 – Se os Certificados, Declarações, Registros e Certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, os referidos documentos deverão ter sido emitidos há, no máximo, 90 (noventa) dias, contados até a data da realização da licitação.

13.4 – A documentação exigida para atender as alíneas (A) à (E) poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF e pelo Certificado de Cadastro de Fornecedor deste Município, desde que dentro do prazo de validade e em sistemas semelhantes mantidos pelo Município.

13.5 – O Pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação, sanar erros e falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação.

13.5.1 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização das diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 13.5, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro horas) de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

#### (A) – HABILITAÇÃO JURÍDICA

(A.1) Registro comercial, no caso de empresário individual;

(A.2) Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, com chancela digital na forma eletrônica ou tradicional, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado dos documentos de designação de seus administradores, caso designados em ato separado;

(A.3) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada da prova da composição da diretoria em exercício.

(A.3.a) A sociedade simples que não adotar um dos tipos societários regulados no Código Civil deverá mencionar no respectivo ato constitutivo as pessoas naturais incumbidas de sua administração, exceto se assumir a forma de sociedade cooperativa.

(A.4) A prova da investidura dos administradores da sociedade limitada eventualmente designados em ato separado do Contrato Social, mediante termo de posse no livro de atas da Administração e averbação no registro competente.

(A.5) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

(A.6) Na hipótese de existir alteração nos documentos citados acima posteriormente à constituição da sociedade, os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor.

(A.7) As sociedades cooperativas deverão fornecer os seguintes documentos, de forma atualizada e consolidada:

(A.7.a) Ato constitutivo;

(A.7.b) Estatuto acompanhado da ata da Assembleia que o aprovou;

(A.7.c) Regimento interno acompanhado da ata da Assembleia que o aprovou;

(A.7.d) Regimentos dos fundos instituídos pelos cooperados acompanhados das atas das Assembleias que os aprovaram;

(A.7.e) Atas das Assembleias Gerais em que foram eleitos os dirigentes e conselheiros da cooperativa;

(A.7.f) Registro de presença dos cooperados nas 03 (três) últimas Assembleias Gerais;

(A.7.g) Ata da sessão em que os cooperados autorizam a cooperativa a contratar o objeto deste certame, acompanhada dos documentos comprobatórios da data de ingresso de cada qual na cooperativa.

(A.7.h) Demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados.

(A.8) Declaração formal de que atende às disposições do art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 2º, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 19.381/2001, na forma do Anexo X.

(A.9) Cópia do respectivo Alvará de Funcionamento.

## (B) – HABILITAÇÃO ECONÔMICO–FINANCEIRA

(B.1) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de sua sede ou domicílio ou em outro órgão equivalente, devendo apresentar, inclusive o MEI.

(B.1.a) Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior que 1 (um). Será considerado como Índice de Liquidez Geral o quociente da soma do Ativo Circulante com o Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante.

ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

$$\text{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

(B.1.b) Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior que 1 (um). Será considerado como índice de Liquidez Corrente o quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante.

ATIVO CIRCULANTE

$$\text{ILC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

(B.1.c) Índice de Endividamento (IE) menor ou igual a 1 (um). Será considerado Índice de Endividamento o quociente da divisão da soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante pelo Patrimônio Líquido.

PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE

$$\text{IE} = \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}$$

(B.1.1) – A licitante que utiliza a Escrituração Contábil Digital – ECD deverá apresentar o balanço patrimonial autenticado na forma eletrônica, pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, acompanhado do termo de autenticação eletrônica da Junta Comercial dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário.

(B.1.2) Serão considerados e aceitos como na forma da lei os balanços patrimoniais e demonstrações contábeis que contenham as seguintes exigências:

(B.1.2.1) Quando se tratar de sociedades anônimas, o balanço deverá ser apresentado em publicação em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia, observado o art. 289 da Lei Federal nº 6.404/76, ressalvada a hipótese das empresas enquadradas no art. 294 daquela legislação, que poderão fazer a sua apresentação em publicação eletrônica, na forma do disposto na Portaria ME nº 12.071/2021 do Ministério da Economia e suas sucessivas alterações;

(B.1.2.2) Quando se tratar de outro tipo societário, o balanço patrimonial acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário deverá ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, contendo:

(B.1.2.2.1) Quando se tratar de sociedade constituída a menos de um ano, essa deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

(B.1.2.2.2) Quando se tratar de sociedade constituída há menos de dois anos, os documentos referidos no item B.1 limitar-se-ão ao último exercício.

(B.2) A licitante que não alcançar o índice (ou quaisquer dos índices) acima exigido(s), conforme o caso, deverá comprovar que possui patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei.

(B.3) Certidões negativas de falência, recuperação judicial e extrajudicial, ou de insolvência civil expedidas pelo Distribuidor da sede da licitante. Para as licitantes sediadas na Cidade do Rio de Janeiro, a prova será feita mediante apresentação de certidões do 2º Ofício de Registro de Distribuição.

(B.3.1) A Pessoa Física ou Microempreendedor Individual – MEI deverá apresentar também as certidões emitidas pelos 1º e 2º Ofícios de Interdições e Tutelas.

(B.3.2) As licitantes sediadas em outras comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar, juntamente com as certidões negativas exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falências, recuperação judicial e extrajudicial, e insolvência civil.

(B.3.3) Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial, caso seja comprovado, por meio de certidão de objeto e pé, expedida há menos de 30 dias, a concessão de recuperação judicial, na forma do art. 58 da Lei Federal nº 11.101/2005, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação estabelecidos nesse edital.

(B.3.4) Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, por meio de certidão de objeto e pé, expedida há menos de 30 dias, a homologação da recuperação extrajudicial, na forma do art. 162 ou do § 5º do art. 164 da Lei Federal nº 11.101/2005, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação estabelecidos nesse edital.

(B.4) O MEI (Microempreendedor Individual) para fins da habilitação econômico-financeira deverá apresentar a Declaração Anual Simplificada para o Microempreendedor Individual (DASN-SIMEI) ou sua substituta, a Declaração Única do MEI (DUMEI). Caso o MEI tenha sido constituído no mesmo exercício do lançamento da licitação, deverá apresentar os relatórios mensais de receita bruta, assinados pelo próprio Microempreendedor Individual.

(B.5) Exige-se dos licitantes, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho

e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, na forma do § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Anexo XVIII do Edital de Pregão Eletrônico nº 90346/2026.

### (C) – HABILITAÇÃO FISCAL

(C.1) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

(C.2) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente à atividade empresarial objeto desta licitação.

(C.3) Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(C.3.a) A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, inclusive contribuições sociais, e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, da sede da licitante;

(C.3.b) A prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição estadual;

(C.3.c) A prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal;

(C.3.c.1) No caso de licitante domiciliada no Município do Rio de Janeiro, essa deverá apresentar, além dos documentos listados no item acima, certidão de Situação Fiscal e Enfitêutica do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU. Não sendo a licitante proprietária do imóvel onde localizada a sua sede, deverá apresentar declaração própria, atestando essa circunstância.

(C.4) No caso de licitante domiciliada em outro município, mas que possua filial ou escritório no Município do Rio de Janeiro, essa deverá apresentar, em relação à filial ou ao escritório, certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e da certidão de Situação Fiscal e Enfitêutica do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal. Não sendo a licitante proprietária do imóvel onde localizada a sua filial ou escritório, deverá apresentar declaração própria atestando essa circunstância.

(C.5) Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF–FGTS.

(C.6) As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

(C.6.a) Caso a documentação apresentada pela microempresa ou empresa de pequeno porte contenha alguma restrição, lhe será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que o proponente for declarado o vencedor da licitação, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

(C.6.b) O prazo acima será prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, ressalvadas as hipóteses de urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho.

(C.6.c) A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo do disposto no art. 90, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

(C.7) No caso de licitante em recuperação judicial, devidamente comprovada nos termos do item 13 (B.3.3), a documentação indicada nos itens 13 (C.3), (C.4) e (C.5) poderá ser substituída por comprovação de decisão judicial em vigor, que determine a dispensa da apresentação de certidões negativas para que o devedor exerça suas atividades, observado o disposto no § 3º do art. 195 da Constituição Federal, nos termos do art. 52 da Lei Federal nº 11.101/2005.

#### (D) – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO SOCIAL E TRABALHISTA

(D.1) Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face de trabalhadores menores, emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, ou Declaração firmada pela licitante, na forma do Anexo XI, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menor de dezesseis anos, salvo maiores de quatorze anos na condição de aprendiz, sob as penas da lei, consoante o disposto no Decreto Rio nº 23.445/2003.

(D.2) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo.

(D.3) Certidão emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego de que cumpre a exigência de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, prevista em lei, obtida no endereço eletrônico <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/> ou outro que venha substituí-lo, ou declaração de possuir menos de 100 (cem) empregados, na forma do Anexo XVII.

(D.4) Certidão emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego de que cumpre a exigência de contratação de aprendiz, prevista em lei, obtida no endereço eletrônico <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/> ou outro que venha substituí-lo, sendo dispensadas de tal exigência as microempresas e empresas de pequeno porte.

## (E) – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

(E.1) Prova de Registro na Agência Nacional de Saúde - ANS que pode ser obtido no endereço eletrônico: <http://www.ans.gov.br>.

### (E.2) Capacidade técnico-operacional

A licitante deverá demonstrar que possui estrutura técnico-operacional compatível com a execução do objeto, mediante apresentação de:

- a) declaração formal de que dispõe de rede assistencial apta a atender às exigências deste Termo de Referência, especialmente quanto à abrangência nacional e aos requisitos mínimos de qualidade, dimensionamento e capilaridade previstos no item 4;
- b) relação nominal da rede assistencial relevante, contendo, no mínimo, identificação dos prestadores, localização e tipo de serviço ofertado;
- c) declaração de que a rede assistencial se encontra ativa, disponível e apta à prestação dos serviços na data da proposta;

### (E.3) Capacidade digital e experiência do beneficiário

A licitante deverá comprovar que disponibiliza, diretamente ou por meio de suas plataformas, soluções digitais que assegurem o adequado acesso dos beneficiários aos serviços contratados, incluindo, no mínimo:

- a) aplicativo móvel e/ou portal eletrônico funcional;
- b) identificação digital do beneficiário (carteirinha digital);
- c) consulta à rede credenciada com informações atualizadas, preferencialmente com geolocalização;
- d) solicitação, acompanhamento e gestão de autorizações de procedimentos;
- e) canal digital para orientações assistenciais e esclarecimento de dúvidas;
- f) acesso a histórico de utilização e informações de cobertura;
- g) canal para solicitação e acompanhamento de reembolsos.

### (E.4) Telemedicina e atenção remota à saúde

A licitante deverá disponibilizar serviços de telemedicina aos beneficiários, em conformidade com a legislação vigente, contemplando, no mínimo:

- a) atendimento remoto síncrono (teleconsulta), com profissionais habilitados;
- b) acesso a orientação médica inicial e triagem assistencial;
- c) possibilidade de encaminhamento para atendimento presencial, quando necessário;
- d) registro dos atendimentos realizados, garantindo rastreabilidade e continuidade do cuidado;
- e) funcionamento em regime compatível com a demanda assistencial, inclusive para atendimentos fora do horário comercial.

**(E.5.) Transparência e atualização da rede assistencial**

A licitante deverá garantir que as informações relativas à rede assistencial:

- a) estejam disponíveis em meio eletrônico acessível aos beneficiários e à contratante;
- b) sejam mantidas atualizadas, refletindo fielmente a disponibilidade dos prestadores;
- c) permitam a identificação clara dos serviços ofertados e da localização dos prestadores.

**(E.6.) Verificação e diligência**

A comprovação das informações referente aos itens (E.2) ao (E.5) poderão ser realizadas por meio de:

- a) declarações da licitante;
- b) documentos comprobatórios;
- c) consulta a sítios eletrônicos oficiais.

**(E.7.) Acreditação hospitalar**

**a) Acreditação Internacional (JCI):** A licitante deverá apresentação registro de no mínimo 04 (quatro) unidades hospitalares referente a acreditação Joint Commission International ativa ou certificações equivalentes de igual rigor técnico;

**b) Acreditação Nacional de Excelência (ONA III):** A licitante deverá apresentação registro de no mínimo 03 (três) unidades hospitalares referente a acreditação ONA Nível III (Acreditado com Excelência) ou certificação equivalente (ex: Qmentum International – Nível Diamond).

**(E.8) Do Dimensionamento Assistencial e Terapia Intensiva (UTI)**

**a) Hospitais Gerais:** 10 (dez) unidades de média e alta complexidade com atendimento de urgência e emergência 24h.

**b) UTI Adulto:** 08 (oito) unidades hospitalares que devem estar entre as certificadas, sendo pelo menos 04 (quatro) unidades com certificação JCI ou certificações equivalentes de igual rigor técnico;

**c) UTI Pediátrica:** 03 (três) unidades hospitalares que possuam serviço de terapia intensiva pediátrica operando obrigatoriamente dentro de estrutura hospitalar com selo JCI ou ONA III, ou certificações equivalentes de igual rigor técnico;

**d) Maternidades:** 05 (cinco) unidades com suporte obstétrico e neonatal, sendo ao menos 02 (duas) com selo ONA II ou superior ou certificações equivalentes de igual rigor técnico.

#### **(E.9) Dos Serviços de Apoio Diagnóstico e Terapêutico (SADT)**

a) Unidades Laboratoriais (Análises Clínicas):

- Mínimo de 12 (doze) unidades no município do Rio de Janeiro.
- Qualidade: Pelo menos 40% das unidades deverão possuir o selo PALC (SBPC/ML) ou DICQ (SBAC) ou equivalentes técnicos.
- No mínimo 02 (duas) unidades deverão possuir acreditação internacional CAP (College of American Pathologists) ou ISO 15189, com portfólio completo de exames genéticos e biologia molecular.

**b) Diagnóstico por Imagem:**

- Mínimo de 08 (oito) unidades com capacidade para Tomografia Computadorizada e Ressonância Magnética.
- **Qualidade:** Pelo menos 04 (quatro) unidades deverão possuir o selo PADI (Colégio Brasileiro de Radiologia) ou equivalente técnico de mesmo rigor.
- **Tecnologia de Ponta:** A rede deverá disponibilizar, no mínimo, 02 (duas) unidades equipadas com Ressonância Magnética de 3 Tesla (Alto Campo) para casos de saúde que demandem alta complexidade (como exemplo: situações em neurologia e/ou oncologia)

#### **(E.10) Da Capilaridade Geográfica e Distribuição Regional**

A rede de 08 (oito) hospitais certificados (JCI/ONA III) deverá apresentar localização comprovada no Município do Rio de Janeiro, obedecendo a seguinte distribuição mínima por áreas geográficas:

1. Zona Sul (AP 2.1): No mínimo 02 (duas) unidades com certificação JCI.
2. Zona Norte / Grande Tijuca (AP 3.1 ou 3.2): No mínimo 02 (duas) unidades com certificação JCI ou ONA III.
3. Zona Oeste / Barra e Jacarepaguá (AP 4.0): No mínimo 02 (duas) unidades com certificação JCI ou ONA III.

4. Zona Oeste / Subúrbios (AP 5.0): No mínimo 01 (uma) unidade com certificação ONA II ou superior, ou Qmentum. Para a unidade localizada na AP 5.0, caso a proponente comprove a impossibilidade técnica de oferta de prestador com certificação ONA II ou superior devido à inexistência de unidades certificadas disponíveis para credenciamento na região, a vacância deverá ser suprida por unidade adicional de padrão JCI ou ONA III localizada na AP 4.0 (Jacarepaguá/Barra), de forma a garantir o suporte assistencial de alta complexidade em área limítrofe.

(E.11) A proponente deverá comprovar o atendimento aos requisitos de qualidade (E.7 ao E.11) mediante a apresentação de:

- a) Relação nominal das unidades indicando o selo de acreditação detido por cada uma;
- b) Cópia simples dos certificados vigentes OU relatório extraído dos sites oficiais das entidades certificadoras (ONA, CBA/JCI, IQG/Qmentum, CBR/PADI), emitido em até 30 dias antes da proposta, que ateste a validade e o nível da acreditação para o endereço da unidade proposta.

## **14. RECURSOS**

14.1 – Divulgada a vencedora, o Pregoeiro informará às licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão manifestar motivadamente a intenção de interpor recurso, desde que devidamente registrada a síntese de suas razões em campo próprio do sistema, no prazo concedido na sessão pública.

14.2 – A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso.

14.3 – As licitantes que manifestarem o interesse em recorrer terão o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, sendo facultado às demais licitantes a oportunidade de apresentar contrarrazões no mesmo prazo, contado a partir do dia do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

14.4 – A apresentação das razões e das contrarrazões dos recursos deverá ser realizada, única e exclusivamente, em campo próprio do sistema eletrônico, observados os prazos estabelecidos no item anterior.

14.5 – A não apresentação das razões escritas mencionadas acima acarretará, como consequência, a análise do recurso pela síntese das razões apresentadas na sessão pública.

14.6 – Os recursos serão dirigidos ao Pregoeiro, que poderá reconsiderar seu ato no prazo de 3 (três) dias úteis, ou então, neste mesmo prazo, encaminhar o recurso, devidamente instruído, à autoridade superior, que proferirá a decisão no mesmo prazo, a contar do recebimento.

14.7 – O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.8 – Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

14.9 – Os recursos relativos às sanções administrativas estão previstos na minuta de contrato (Anexo IV).

## **15. CONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO**

15.1 – As licitantes, como responsáveis por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumem como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

15.2 – Caso o Sistema do Pregão Eletrônico fique inacessível por problemas operacionais, exclusivamente do próprio sistema, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o procedimento licitatório será suspenso e somente será retomado após a comunicação aos participantes no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

15.2.1 – Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas por meio do sistema ou em virtude de sua desconexão.

15.3 – A desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances não prejudica o seu transcurso. Caso o sistema eletrônico permaneça acessível às licitantes para o oferecimento de lances, estes continuarão a ser recebidos, retornando o Pregoeiro, quando possível, à sua atuação na etapa de lances, sem prejuízo dos atos realizados.

15.3.1 – Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

## **16. GARANTIA**

16.1 – A ADJUDICATÁRIA seja uma Operadora de Plano de Saúde ou Seguradora, deverá prestar garantia de 2% (dois por cento) do valor total do Contrato, até o momento da sua assinatura ou da retirada do instrumento equivalente, em uma das modalidades previstas no art. 70, § 1º, da Lei Federal nº 13.303/2016 e no art. 81, § 1º do Decreto Municipal nº 44.698/2018.

Parágrafo Primeiro – A CCPar se utilizará da garantia para assegurar as obrigações associadas ao Contrato, podendo recorrer a esta inclusive para cobrar valores de multas eventualmente aplicadas e ressarcir-se dos prejuízos que lhe forem causados em virtude do descumprimento das referidas obrigações. Para reparar esses prejuízos, poderá a CONTRATANTE ainda reter créditos.

Parágrafo Segundo – Os valores das multas impostas por descumprimento das obrigações assumidas no Contrato serão **descontados da garantia** caso não venham a ser quitados no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados da ciência da aplicação da penalidade. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Terceiro – Em caso de extinção decorrente de ato praticado pela CONTRATADA, a garantia reverterá ao CONTRATANTE para execução na forma do inciso III, do art. 139 da Lei 14.133/2021. Quando a garantia for insuficiente, o CONTRATANTE promoverá a cobrança de eventual diferença que venha a ser apurada.

**1) Caso seja utilizada garantia modalidade de Caução em Dinheiro (art. 70, § 1º, I, da Lei Federal nº 13.303/2016):**

Parágrafo Quarto – Na hipótese de descontos da garantia a qualquer título, seu valor original deverá ser integralmente recomposto no prazo de 7 (sete) dias úteis, exceto no caso da cobrança de valores de multas aplicadas, em que esse será de 48 (quarenta e oito) horas, sempre contados da utilização ou da notificação pela CCPar, o que ocorrer por último, sob pena de extinção administrativa do Contrato.

Parágrafo Quinto – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art 92 do Decreto Municipal 44.698/18, a garantia será complementada no prazo **de 7 (sete) dias úteis** do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Contrato.

Parágrafo Sexto – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, de acordo com o art. 465 do RGCAF e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

**2) Caso seja utilizada garantia na modalidade de Seguro–Garantia (art. 70, § 1º, II, da Lei Federal nº 13.303/2016)**

Parágrafo Quarto – A apólice deverá ter vigência idêntica ao prazo do contrato, acrescido de XX (XXX) dias para apuração de eventual inadimplemento da Contratada — ocorrido durante a vigência contratual — e para a comunicação do inadimplemento à seguradora, com cláusula de renovação até a extinção das obrigações da CONTRATADA, vinculada à reavaliação do risco.

Parágrafo Quinto – A apólice deverá conter disposição expressa de obrigatoriedade de a seguradora informar ao CONTRATANTE e à CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias antes do prazo final da validade, se a apólice será ou não renovada.

Parágrafo Sexto – No caso de a seguradora não renovar a apólice de seguro–garantia, a Contratada deverá apresentar garantia de valor e condições equivalentes, para aprovação do Contratante, antes do

vencimento da apólice, independentemente de notificação, sob pena de caracterizar-se inadimplência e serem aplicadas as penalidades cabíveis.

Parágrafo Sétimo – As apólices emitidas não poderão conter obrigações, restrições ou disposições que contrariem as disposições do presente CONTRATO e deverão conter declaração expressa da companhia seguradora, da qual conste que conhece integralmente este contrato.

Parágrafo Oitavo – A CONTRATADA encaminhará ao Contratante cópia autenticada das apólices de seguro, antes da assinatura do contrato,

Parágrafo Nono – A apólice deverá ser emitida por seguradora autorizada a funcionar no Brasil pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, – fato que deverá ser atestado mediante apresentação, junto com a apólice, da Certidão de Regularidade expedida pela SUSEP.

Parágrafo Décimo – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Contrato.

Parágrafo Décimo Primeiro – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, de acordo com o art. 465 do RGCAF.

**3) Caso seja utilizada a garantia na modalidade Fiança–Bancária (art. 70, § 1º, III, da Lei Federal nº 13.303/2016):**

Parágrafo Quarto – A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo Quinto – A fiança bancária será apresentada com firma devidamente reconhecida em cartório, exceto no caso de documento emitido por via digital, cuja autenticidade pode ser aferida junto aos certificadores digitais devida e legalmente autorizados.

Parágrafo Sexto – A fiança bancária deverá ter prazo de validade correspondente ao período de vigência deste contrato, acrescido de XX (XXX) dias para apuração de eventual inadimplemento da CONTRATADA — ocorrido durante a vigência contratual — e para a comunicação do inadimplemento à instituição financeira.

Parágrafo Sétimo – No instrumento de fiança bancária constará renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos arts. 827 e 838 do Código Civil Brasileiro, bem como sua expressa afirmação que, como devedor solidário, fará o pagamento ao Contratante, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações.

Parágrafo Oitavo – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Contrato.

Parágrafo Nono – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, de acordo com o art. 465 do RGCAF.

**4) Caso seja utilizada garantia modalidade Caução Títulos Públicos (art. 96, § 1º, I, 2ª parte, da Lei Federal nº 14.133/2021):**

Parágrafo Quarto – A contratada entregará, até a data da assinatura do contrato, os Títulos da Dívida Pública emitidos na forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia ou órgão que o suceder, no Órgão responsável pela contratação, para aferição de sua legalidade, registro e anexação ao processo de contratação.

Parágrafo Quinto – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Contrato.

Parágrafo Sexto – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, de acordo com o art. 465 do RGCAF.

## **17. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO**

17.1 – Constatada a regularidade dos atos praticados e decididos os recursos eventualmente interpostos, a autoridade competente Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos - CCPAR adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

17.2 – Integra o presente Edital, sob a forma de Anexo IV, a minuta do Contrato cujas disposições disciplinarão as relações entre a CCPAR e a ADJUDICATÁRIA.

17.3 – Uma vez homologado o resultado da licitação pela autoridade competente da Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos - CCPAR, será a licitante vencedora convocada, com antecedência mínima de dois dias úteis, pela CCPAR, para assinatura do contrato ou para retirada de instrumento equivalente, ciente de que deverá comparecer no endereço informado, podendo, na impossibilidade de comparecimento do seu representante legal, enviar mandatário munido da respectiva procuração, por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, e da via original do documento de identidade

e do cartão do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF do outorgado, conferindo-lhe poderes específicos para a assinatura de contrato administrativo ou para a retirada de instrumento equivalente.

17.3.1 – O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela CCPAR.

17.4 – Deixando a ADJUDICATÁRIA de assinar o Contrato ou de retirar o instrumento equivalente no prazo assinalado, poderá o Pregoeiro, independentemente da aplicação das sanções administrativas à faltosa:

- I. Examinar as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes por ordem de classificação, e assim, sucessivamente, observado o direito de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte, até a apuração de uma que atenda ao contido neste Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, desde haja compromisso de observar o mesmo prazo e mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços.
- II. Revogar a licitação.

17.5 – A ADJUDICATÁRIA deverá comprovar, no momento da assinatura do Contrato ou da retirada do instrumento equivalente, a manutenção das condições demonstradas para habilitação no Edital.

17.6 – A CONTRATADA será responsável, na forma do Contrato, pela qualidade dos serviços prestados, dos materiais empregados e bens fornecidos, em conformidade com as especificações do termo de referências, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pela CCPAR.

17.6.1 – A ocorrência de desconformidade implicará a substituição dos materiais recusados, por não atender às especificações contidas no Termo de Referência que integra este Edital, sem ônus para a CCPAR e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

17.7 – A CONTRATADA será também responsável, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas, por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, e por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros, em especial, mas não limitado, aos concessionários de serviços públicos, em virtude da execução do objeto contratado, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores.

17.8 – No momento da assinatura do Contrato ou da retirada do instrumento equivalente, a ADJUDICATÁRIA deverá apresentar, quando couber, relação nominal de seus empregados, com a devida documentação comprobatória, demonstrando cumprir o disposto nas políticas de inclusão estabelecidas na legislação em vigor.

17.9 – Nos casos em que a execução do contrato importar na exclusão do regime do SIMPLES Nacional, a ADJUDICATÁRIA deverá apresentar cópia da comunicação encaminhada à Receita Federal do Brasil,

com comprovante de entrega e recebimento, informando acerca da assinatura do contrato, no prazo previsto no art. 30, da Lei Complementar Federal nº 123/06

17.10 – Sendo a ADJUDICATÁRIA cooperativa de trabalho organizada para a prestação de serviços, deverá apresentar também a relação dos cooperados que executarão o objeto contratual, acompanhada dos documentos comprobatórios da data de ingresso de cada qual na cooperativa e a ata da sessão específica realizada pelos cooperados partícipes para a indicação: dos responsáveis pela sua coordenação, para um mandato nunca superior a 1 (um) ano ou ao prazo estipulado para a execução do objeto contratual; dos requisitos para a consecução do referido objeto; dos valores contratados e da retribuição pecuniária de cada cooperado partícipe.

17.11. – O ato do recebimento do objeto da licitação não implica a sua aceitação definitiva e não eximirá a licitante de sua responsabilidade no que concerne à qualidade dos serviços prestados.

17.12 – A Fiscalização da execução do objeto contratado caberá ao setor designado pela CCPAR.

17.13 – A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado.

## **18. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

18.1 – Os pagamentos deverão ser efetuados após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64, observadas as condições de recebimento do objeto descrito no Termo de Referência e neste Edital. O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo do documento de cobrança da CCPAR e obedecido o disposto na legislação.

18.1.1 – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado no setor competente da CCPAR e obedecido o disposto na legislação.

18.2 – Para fins de medição, se for o caso, e faturamento, o período-base de medição dos serviços prestados será de um mês, considerando-se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

18.2.1 – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão do(s) serviço(s) e aceitos no período-base mencionado no item anterior sem que a CCPAR esteja obrigada a pagar o valor total do Contrato.

18.3 – A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, os comprovantes de recolhimento do FGTS e INSS de todos os empregados atuantes no contrato, assim como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito

negativo válida, declaração de regularidade trabalhista, na forma do Anexo XVI, e declaração de observância das normas de saúde e segurança do trabalho, na forma do Anexo IX.

18.5 – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança na CCPAR e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% ao ano.

18.6 – O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada *pro rata die*, entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança na CCPAR.

18.7 – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à CCPAR.

18.8 – No caso de erros nos documentos de cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo a fluir, então, da reapresentação válida desses documentos.

## **19. REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

### **19.1. Regra geral**

Os valores contratados poderão ser reajustados anualmente, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data de início da vigência contratual ou do último reajuste aplicado, conforme regulamentação da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

O reajuste não será automático, dependendo de solicitação formal da Contratada e análise pela Contratante, na qualidade de estipulante do plano coletivo empresarial.

### **19.2. Critérios de reajuste**

O reajuste poderá considerar, cumulativa ou alternativamente:

- a) a variação dos custos médico-hospitalares (VCMH), como referência técnica para avaliação da evolução dos custos assistenciais;
- b) a sinistralidade da carteira, observada a relação entre despesas assistenciais e receitas do contrato;
- c) outros parâmetros técnico-atuariais usualmente adotados no mercado de saúde suplementar, desde que devidamente justificados.

### **19.3. Limitação do reajuste (teto híbrido)**

O reajuste anual estará limitado ao menor dos seguintes parâmetros:

- a) variação comprovada dos custos assistenciais no período;
- b) índices de referência de inflação em saúde ou índice geral de preços aplicável;
- c) percentual máximo de 15% (quinze por cento).

Parágrafo único. A aplicação de percentual superior ao limite estabelecido somente poderá ocorrer em caráter excepcional, mediante demonstração inequívoca do desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, devidamente comprovada por documentação técnico-atuarial idônea, e dependerá de negociação e aprovação expressa da Contratante.

#### **19.4. Reajuste por sinistralidade**

Poderá ser admitido reajuste por sinistralidade quando esta ultrapassar o patamar de 70% (setenta por cento) da receita contratual, desde que:

- a) seja apresentada memória de cálculo detalhada;
- b) haja demonstração clara da evolução das despesas assistenciais;
- c) os dados sejam auditáveis e compatíveis com a execução contratual.

#### **19.5. Condições para aplicação do reajuste**

A aplicação de qualquer reajuste dependerá de:

- a) solicitação formal da Contratada;
- b) apresentação de documentação comprobatória idônea, incluindo memória de cálculo;
- c) análise técnica e aprovação pela Contratante; e
- d) observância das normas da ANS e das boas práticas atuariais.

#### **19.6. Vedação à automaticidade**

A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato não ocorrerá de forma automática, devendo ser objeto de análise específica pela Contratante, que poderá aceitar, rejeitar ou negociar os percentuais propostos.

#### **19.7. Variações cadastrais**

Não serão considerados reajuste contratual as variações de valor decorrentes de alterações no perfil da massa de beneficiários, tais como:

- a) inclusão ou exclusão de beneficiários;

- b) alteração de faixa etária;
- c) inclusão ou exclusão de dependentes;
- d) variação no quantitativo de vidas.

I- Nesses casos, os valores serão ajustados automaticamente conforme a estrutura de preços contratada, sem necessidade de termo aditivo.

#### **19.8. Substituição de índice ou metodologia**

Na hipótese de extinção, indisponibilidade ou inadequação dos parâmetros utilizados para reajuste, poderá ser adotado outro critério que reflita a variação dos custos assistenciais, mediante justificativa técnica e aprovação da Contratante.

#### **19.9. Preclusão do direito ao reajuste**

A ausência de solicitação formal de reajuste pela Contratada até a data da prorrogação da vigência contratual implicará a preclusão do direito ao reajuste relativo ao período já decorrido, não sendo admitida sua aplicação retroativa ou cumulativa.

I - O disposto neste item não afasta a possibilidade de análise de pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro em caráter excepcional, desde que devidamente comprovadas as hipóteses legais aplicáveis.

### **20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

20.1 – A recusa da ADJUDICATÁRIA em assinar o termo de contrato ou em retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, independentemente do disposto no subitem 17.4, sujeitando-a às penalidades previstas no subitem 20.2.

20.2 – Sem prejuízo de indenização por perdas e danos, a CCPAR poderá impor ao licitante, adjudicatário ou contratado, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações a que esteja sujeito, as seguintes sanções, observado o Regulamento de Licitações e Contratos da CCPAR e a legislação vigente, garantida a defesa prévia ao contratado:

- (a) Advertência;
- (b) Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato;
- (c) Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, conforme o caso, e, respectivamente, nas hipóteses de descumprimento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de rescisão por culpa da CONTRATADA;
- (d) Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a CCPAR.

20.3 – A multa aplicada será depositada em conta bancária indicada pela CCPAR, descontada os pagamentos eventualmente devidos, descontada da garantia ou cobrada judicialmente.

20.4 – As sanções previstas nos incisos I, IV do subitem 20.2, poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos II e III, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 15 (quinze) dias úteis e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do contrato.

20.5 – Do ato que aplicar a pena no inciso IV do subitem 20.2, o Diretor Presidente da CCPAR dará conhecimento aos demais órgãos e entidades municipais interessados, na página oficial desta empresa pública na internet.

20.6 – A sanção prevista no inciso III do subitem 20.2, poderá também ser aplicada às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por este Regulamento:

- I. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- II. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a CCPAR em virtude de atos ilícitos praticados.

20.7 - As multas previstas nos incisos II e III do subitem 20.2, não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

20.8 - As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresse nesse sentido.

20.9 – A aplicação das sanções previstas no item 20.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

20.10 – Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como antes da recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

## **21. DA MATRIZ DE RISCOS**

21.1 – A Matriz de Risco tem o propósito de listar os principais riscos conhecidos, quantificá-los, propor mecanismos de mitigação, distribuí-los de modo equilibrado, adequado e de acordo com a natureza dos riscos e obrigações contratuais entre a contratante e a contratada.

21.2 – A Contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados e a ela atribuídos, conforme estabelecido na Matriz de Risco definida para a contratação no Termo de Referência.

21.3 – É vedada a celebração de aditivos decorrentes e eventos supervenientes alocados na Matriz de Riscos como de responsabilidade da CONTRATADA.

21.4 – Sempre que atendidas as condições da contratação e mantidas as disposições da Matriz de Riscos, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro da contratação.

21.5 – A proposta comercial deverá ser elaborada levando em consideração a natureza e a extensão dos riscos relacionados na Matriz de Riscos.

## **22. FORO**

22.1 – Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Edital, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

## **23. DISPOSIÇÕES FINAIS**

23.1 – Ficam as licitantes sujeitas às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa ou que não corresponda à realidade dos fatos.

23.2 – Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente na CCPAR.

23.3 – As referências de horário correspondem ao horário oficial de Brasília – DF.

23.4 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro.

23.5 – Fazem parte integrante deste Edital:

Anexo I	Proposta Detalhe
Anexo II	Planilha com Faixa Etária e Vidas - Seguro Saúde
Anexo III	Termo de Referência
Anexo IV	Minuta de Contrato
Anexo V	Declaração de Responsabilização Civil e Administrativa - I-A
Anexo VI	Declaração de Responsabilização Civil e Administrativa - I-B
Anexo VII	Declaração de Responsabilização Civil e Administrativa - I-C
Anexo VIII	Declaração de Inexistência de Nepotismo
Anexo IX	Declaração de Cumprimento das Normas de Saúde e Segurança do Trabalho
Anexo X	Declaração ref. ao art. 2º, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 19.381/2001 e ao art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021

Anexo XI	Declaração ref. ao Decreto Municipal nº 23.445/2003
Anexo XII	Declaração ref. ao Decreto Municipal nº 27.715/2007
Anexo XIII	Declaração para fins de habilitação econômico-financeira, do art. 63, § 1º, Da Lei Federal nº 14.133/2021
Anexo XIV	Declaração ME/EPP
Anexo XV	Declaração de Regularidade Trabalhista
Anexo XVI	Declaração de Quantidade de Empregados
Anexo XVII	Matriz de Riscos

23.6 – Este Edital contém \_\_\_\_ (\_\_\_\_) folhas rubricadas e numericamente ordenadas.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

PREGOEIRO

(Nome(s), cargo(s), matrícula(s) e lotação(ões))

**ANEXO I**  
**PROPOSTA-DETALHE**

Nome do Órgão: COMPANHIA CARIOCA DE PARCERIAS E INVESTIMENTOS – CCPAR				Pregão Eletrônico nº		CNPJ:
Razão Social:				E-mail:		
Endereço:				Tel.:		Fax:
Banco:		Agência:		Conta Corrente:		
Item	Código do Serviço	Descrição Detalhada	U/S	Quantidade	Preço Global (mensal)	Preço Total
		<p>Objeto: a Contratação de Empresa para a prestação de serviços de Assistência Médico Hospitalar, com abrangência em todo o território nacional, quarto privativo, sem coparticipação.</p> <p>Valor Global:</p>				

## ANEXO II

FAIXA ETÁRIA	vidas	Titular	Dependente	Valor Unitário	Valor Total
00 a 18	22	0	22		
19 a 23	4	0	4		
24 a 28	9	8	1		
29 a 33	11	11	0		
34 a 38	18	11	7		
39 a 43	20	15	5		
44 a 48	9	4	5		
49 a 53	4	4	0		
54 a 58	2	2	0		
59 a 83	2	1	1		
64 a 68	3	2	1		
69 a 73	0	0	0		
74 a 78	1	1	0		
79 a 83	1	0	1		
TOTAL	106	59	47		

**ANEXO III**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**CCPar – Assistência Médico-Hospitalar**

**1. OBJETO**

**1.1.** Contratação de empresa operadora de plano privado de assistência à saúde ou seguradora especializada em seguro saúde, devidamente registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), para prestação continuada de serviços de assistência médico-hospitalar aos empregados da Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos – CCPAR e seus dependentes.

**1.2.** O objeto contratado deverá observar, no mínimo, as seguintes características e condições:

- a) cobertura assistencial médico-hospitalar, com obstetrícia, em conformidade com o rol de procedimentos e eventos em saúde vigente da ANS;
- b) inexistência de coparticipação ou franquia por parte dos beneficiários;
- c) abrangência geográfica em todo o território nacional;
- d) acomodação hospitalar em quarto individual (apartamento);
- e) prestação dos serviços de forma contínua;
- f) atendimento por rede credenciada, referenciada ou própria, conforme requisitos mínimos estabelecidos neste Termo de Referência;
- g) possibilidade de inclusão e exclusão de beneficiários (titulares e dependentes), conforme condições previstas neste Termo de Referência e na legislação aplicável;
- h) observância integral da legislação aplicável ao setor de saúde suplementar e das normas da ANS.

**1.3.** Para fins de dimensionamento técnico e formação da proposta, estima-se, no início da vigência contratual, um quantitativo aproximado de 59 beneficiários titulares e 47 dependentes, podendo esse número variar ao longo da vigência contratual em razão de admissões, desligamentos e alterações de vínculo, não constituindo garantia mínima de faturamento. Conforme demonstrado abaixo.

<b>FAIXA ETÁRIA</b>	<b>vidas</b>	<b>Titular</b>	<b>Dependente</b>
00 a 18	22	0	22
19 a 23	4	0	4
24 a 28	9	8	1
29 a 33	11	11	0
34 a 38	18	11	7
39 a 43	20	15	5
44 a 48	9	4	5

49 a 53	4	4	0
54 a 58	2	2	0
59 a 83	2	1	1
64 a 68	3	2	1
69 a 73	0	0	0
74 a 78	1	1	0
79 a 83	1	0	1
TOTAL	106	59	47

## 2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

### 2.1. Da necessidade administrativa

A contratação de plano privado de assistência à saúde decorre de obrigação prevista no regulamento de pessoal da Companhia, que institui programa de benefícios contemplando assistência médica aos colaboradores e seus dependentes, nos termos do art. 22.

Trata-se, portanto, de medida vinculada à política institucional de gestão de pessoas, não se caracterizando como decisão de conveniência da gestão, mas como medida vinculada à política institucional da Companhia, sendo necessária à manutenção das condições adequadas de trabalho, à preservação da saúde dos colaboradores e à continuidade das atividades da Companhia. Adicionalmente, conforme evidenciado no Estudo Técnico Preliminar, o contrato atualmente vigente apresenta instabilidade na rede assistencial, com impactos na continuidade e na qualidade dos serviços prestados, o que reforça a necessidade de nova contratação.

### 2.2. Do interesse público envolvido

A garantia de assistência à saúde aos colaboradores da CCPAR está diretamente relacionada à continuidade e eficiência dos serviços prestados pela Companhia, na medida em que contribui para a redução de afastamentos, a melhoria da produtividade e a manutenção de ambiente organizacional adequado.

A prestação adequada desse benefício também mitiga riscos operacionais e institucionais, especialmente aqueles relacionados à desassistência dos beneficiários, assegurando condições mínimas para o desempenho das atividades administrativas e finalísticas da entidade.

### 2.3. Da conexão com o Estudo Técnico Preliminar – ETP

A presente contratação encontra-se devidamente fundamentada no Estudo Técnico Preliminar, que identificou falhas na execução contratual vigente, notadamente quanto à instabilidade da rede credenciada, à redução de prestadores e às dificuldades de acesso a serviços de saúde.

O ETP analisou as alternativas disponíveis no mercado e concluiu pela necessidade de realização de novo procedimento licitatório, de modo a restabelecer a regularidade, a continuidade e a qualidade da assistência médico-hospitalar prestada aos beneficiários.

## **2.4. Da adequação da solução adotada**

A contratação de operadora de plano privado de assistência à saúde ou seguradora especializada mostra-se a solução mais adequada para atendimento da demanda institucional, por se tratar de modelo amplamente consolidado no mercado, regulado e apto a garantir cobertura assistencial contínua, previsibilidade de custos e gestão especializada dos serviços.

A solução permite, ainda, a disponibilização de rede assistencial estruturada, com abrangência nacional e atendimento compatível com as necessidades dos beneficiários, atendendo aos requisitos técnicos, operacionais e econômicos definidos no Estudo Técnico Preliminar.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**3.1.** A solução consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar aos empregados da Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos – CCPAR e seus dependentes, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência.

**3.2.** A prestação dos serviços compreenderá a disponibilização de cobertura assistencial nos termos da regulamentação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), incluindo atendimentos ambulatoriais, hospitalares, obstétricos, de urgência e emergência, bem como serviços de apoio diagnóstico e terapêutico.

**3.3.** A solução deverá ser operacionalizada por meio de rede credenciada, referenciada ou própria, podendo contemplar mecanismos de reembolso, de forma a assegurar a continuidade e a efetividade da assistência à saúde dos beneficiários.

**3.4.** A prestação dos serviços deverá ocorrer de forma contínua, garantindo atendimento aos beneficiários em âmbito nacional, inclusive em situações de deslocamento, conforme necessidades institucionais.

**3.5.** A solução deverá contemplar estrutura operacional apta à adequada execução dos serviços, incluindo, no mínimo, os seguintes elementos, sem prejuízo de outras funcionalidades necessárias ao pleno atendimento do objeto contratado:

- a) disponibilização de canais de atendimento aos beneficiários;
- b) emissão de instrumentos de identificação dos beneficiários;
- c) gestão e manutenção da rede assistencial;
- d) processamento de autorizações, atendimentos e faturamento;
- e) suporte administrativo à contratante.

**3.6.** A solução adotada está em consonância com as conclusões do Estudo Técnico Preliminar, que demonstrou sua viabilidade e adequação sob os aspectos técnico, operacional e econômico.

## **3.7 Estrutura de planos e possibilidade de upgrade pelos beneficiários**

A Contratada deverá ofertar, obrigatoriamente, plano/produto base que atenda integralmente às especificações, coberturas, padrões de rede assistencial, acomodação e demais requisitos estabelecidos neste Termo de Referência, o qual será integralmente custeado pela Contratante.

Adicionalmente, a Contratada deverá disponibilizar aos beneficiários opções de planos superiores (upgrade), com ampliação de rede, serviços, coberturas ou padrões de acomodação, desde que compatíveis com seu portfólio comercial vigente.

A disponibilização dos planos superiores deverá observar, cumulativamente:

- a) manutenção integral do plano base, sem qualquer restrição de acesso, qualidade ou rede assistencial;
- b) vedação de qualquer prejuízo, limitação ou tratamento diferenciado ao beneficiário que optar pelo plano base;
- c) adesão facultativa, individual e formalizada diretamente pelo beneficiário;

A diferença de valor entre o plano base custeado pela Contratante e o plano superior escolhido será de exclusiva responsabilidade do beneficiário.

O valor correspondente ao upgrade poderá ser descontado em folha de pagamento pela Contratante, mediante autorização prévia, expressa e individual do beneficiário, e repassado à Contratada, sem que isso caracterize assunção de obrigação financeira, responsabilidade solidária ou risco econômico por parte da Contratante.

A Contratante atuará exclusivamente como intermediária operacional para fins de desconto e repasse dos valores, não lhe sendo imputável qualquer responsabilidade por inadimplência do beneficiário, hipótese em que caberá à Contratada adotar as medidas cabíveis, vedada a suspensão, restrição ou prejuízo da cobertura assistencial do plano base.

A Contratada deverá assegurar transparência quanto às diferenças de cobertura, rede assistencial, valores e condições entre os planos ofertados, sendo vedada a alteração das condições do plano base em razão da existência de planos superiores.

É vedada qualquer prática que induza, condicione, dificulte ou restrinja o acesso dos beneficiários ao plano base, devendo este manter integralmente os padrões de qualidade exigidos neste Termo de Referência durante toda a vigência contratual.

### **3.8 Cobertura de acompanhante em internação hospitalar**

A Contratada deverá garantir cobertura integral das despesas de alimentação e acomodação do acompanhante em todas as internações hospitalares, nos termos da RN ANS nº 465/2021, observando, no mínimo, as seguintes condições:

- a) é obrigatória a cobertura de alimentação e acomodação do acompanhante, sem ônus ao beneficiário, quando o paciente internado for: menor de 18 (dezoito) anos, idoso a partir de 60

(sessenta) anos, pessoa com deficiência ou gestante durante o trabalho de parto e até o 10º (décimo) dia após o parto, salvo alta hospitalar anterior;

b) adicionalmente ao disposto na alínea anterior, e como padrão contratual exigido pela Contratante, a Contratada deverá garantir a cobertura de alimentação do acompanhante em qualquer internação hospitalar de beneficiário adulto, sempre que a permanência do acompanhante for indicada ou autorizada pelo médico assistente, independentemente da idade ou condição clínica do paciente;

c) a cobertura abrangerá, no mínimo, as refeições de café da manhã, almoço e jantar, servidas no local de internação do paciente, incluindo internações em Unidade de Terapia Intensiva (UTI) quando a presença do acompanhante for autorizada pela equipe médica responsável;

d) é vedada a cobrança direta ao beneficiário ou ao acompanhante por quaisquer refeições cobertas nos termos deste item, cabendo à Contratada operacionalizar o ressarcimento junto aos prestadores credenciados;

e) o descumprimento do disposto neste item sujeitará a Contratada às penalidades previstas neste Termo de Referência, sem prejuízo do ressarcimento integral das despesas eventualmente suportadas pelo beneficiário.

### **3.9 Carências, portabilidade e transição do contrato vigente**

Em razão da existência de contrato de assistência médico-hospitalar vigente junto à atual operadora, a nova contratação deverá assegurar a continuidade assistencial dos beneficiários sem imposição de novos períodos de carência, observando as seguintes condições:

a) a Contratada deverá aceitar e processar a portabilidade de carências de todos os beneficiários titulares e dependentes oriundos do contrato anterior, nos termos da RN ANS nº 438/2018 e demais normas aplicáveis, aproveitando integralmente o tempo de carência já cumprido no plano de origem, desde que mantida a continuidade de cobertura e observada a equivalência de segmentação assistencial;

b) tratando-se de contrato coletivo empresarial, a Contratada deverá ofertar, como condição do contrato, a isenção total de carências para todos os beneficiários, titulares e dependentes, inclusive para procedimentos eletivos, internações e coberturas de alta complexidade, vedada a imposição de qualquer período de carência para beneficiários provenientes do contrato anterior da Contratante;

c) para beneficiários que ingressarem no plano pela primeira vez após o início da vigência contratual, aplicar-se-ão exclusivamente os prazos máximos de carência previstos na RN ANS nº 465/2021, sendo vedada a estipulação de prazos superiores aos legalmente permitidos; excetuam-se dessa regra os dependentes vinculados a titulares beneficiados pela portabilidade de carências prevista na alínea 'a', os quais, quando incluídos no prazo de até 30 (trinta) dias do ingresso do titular, farão jus à mesma isenção de carência concedida ao titular;

d) em qualquer hipótese, desde o primeiro dia de vigência contratual, todos os beneficiários terão garantido o atendimento de urgência e emergência, nos termos do art. 35-C da Lei nº 9.656/1998 e da regulamentação ANS vigente, independentemente do cumprimento de qualquer carência;

e) a Contratada deverá disponibilizar à Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, confirmação formal e individual do processamento da portabilidade de carências de cada beneficiário migrado, com indicação expressa da situação de cada um.

#### **4. REDE ASSISTENCIAL MÍNIMA E PADRÕES DE EXCELÊNCIA**

A contratada deverá disponibilizar rede assistencial mínima no município do Rio de Janeiro, composta por prestadores próprios ou credenciados, observando os critérios de dimensionamento, tecnologia e qualidade técnica abaixo especificados.

As exigências estabelecidas neste item constituem padrão mínimo de qualidade assistencial, não implicando exclusividade de prestadores ou restrição indevida de mercado, sendo admitidas equivalências técnicas devidamente justificadas pela contratada e previamente aceitas pela Contratante, desde que assegurado nível de qualidade, complexidade assistencial e capacidade operacional equivalentes ou superiores aos parâmetros estabelecidos.

##### **4.1 Dos Requisitos de Qualidade e Acreditação Hospitalar**

Para garantir a segurança do paciente e a maturidade de gestão, a rede hospitalar deverá observar os seguintes quantitativos mínimos de certificação:

**Acreditação Internacional (JCI):** No mínimo 04 (quatro) unidades hospitalares deverão possuir a acreditação Joint Commission International ativa ou certificações equivalentes de igual rigor técnico;

- **Acreditação Nacional de Excelência (ONA III):** No mínimo **03 (três) unidades hospitalares** deverão possuir a acreditação ONA Nível III (Acreditado com Excelência) ou certificação equivalente (ex: Qmentum International – Nível Diamond).

As exigências de acreditação visam garantir a segurança do paciente e a eficiência clínica, reduzindo a sinistralidade por eventos adversos, conforme padrões reconhecidos pela ANS.

##### **4.2 Do Dimensionamento Assistencial e Terapia Intensiva (UTI)**

Para fins de garantia de capacidade instalada e cobertura de especialidades, a rede deverá contemplar, no mínimo:

**a) Hospitais Gerais:** 10 (dez) unidades de média e alta complexidade com atendimento de urgência e emergência 24h.

**b) UTI Adulto:** 08 (oito) unidades hospitalares que devem estar entre as certificadas, sendo pelo menos 04 (quatro) unidades com certificação JCI ou certificações equivalentes de igual rigor técnico;

**c) UTI Pediátrica:** 03 (três) unidades hospitalares que possuam serviço de terapia intensiva pediátrica operando obrigatoriamente dentro de estrutura hospitalar com selo JCI ou ONA III, ou certificações equivalentes de igual rigor técnico;

**d) Maternidades:** 05 (cinco) unidades com suporte obstétrico e neonatal, sendo ao menos 02 (duas) com selo ONA II ou superior ou certificações equivalentes de igual rigor técnico.

### 4.3 Dos Serviços de Apoio Diagnóstico e Terapêutico (SADT)

#### A) Unidades Laboratoriais (Análises Clínicas):

- Mínimo de **12 (doze) unidades** no município do Rio de Janeiro.
- **Qualidade:** Pelo menos **40% das unidades** deverão possuir o selo **PALC** (SBPC/ML) ou **DICQ** (SBAC) ou equivalentes técnicos.
- No mínimo **02 (duas) unidades** deverão possuir acreditação internacional **CAP** (College of American Pathologists) ou **ISO 15189**, com portfólio completo de exames genéticos e biologia molecular.

#### B) Diagnóstico por Imagem:

- Mínimo de **08 (oito) unidades** com capacidade para Tomografia Computadorizada e Ressonância Magnética.
- **Qualidade:** Pelo menos **04 (quatro) unidades** deverão possuir o selo **PADI** (Colégio Brasileiro de Radiologia) ou equivalente técnico de mesmo rigor.
- **Tecnologia de Ponta:** A rede deverá disponibilizar, no mínimo, **02 (duas) unidades** equipadas com Ressonância Magnética de 3 Tesla (Alto Campo) para casos de saúde que demandem alta complexidade (como exemplo: situações em neurologia e/ou oncologia)

### 4.4 Da Capilaridade Geográfica e Distribuição Regional

A rede de **08 (oito) hospitais certificados** (JCI/ONA III) deverá apresentar localização comprovada no Município do Rio de Janeiro, obedecendo a seguinte distribuição mínima por áreas geográficas:

5. **Zona Sul (AP 2.1):** No mínimo 02 (duas) unidades com certificação JCI.
6. **Zona Norte / Grande Tijuca (AP 3.1 ou 3.2):** No mínimo 02 (duas) unidades com certificação JCI ou ONA III.
7. **Zona Oeste / Barra e Jacarepaguá (AP 4.0):** No mínimo 02 (duas) unidades com certificação JCI ou ONA III.
8. **Zona Oeste / Subúrbios (AP 5.0):** No mínimo 01 (uma) unidade com certificação ONA II ou superior, ou Qmentum. Para a unidade localizada na AP 5.0, caso a proponente comprove a impossibilidade técnica de oferta de prestador com certificação ONA II ou superior devido à inexistência de unidades certificadas disponíveis para credenciamento na região, a vacância deverá ser suprida por unidade adicional de padrão **JCI ou ONA III** localizada na **AP 4.0 (Jacarepaguá/Barra)**, de forma a garantir o suporte assistencial de alta complexidade em área limítrofe.

**4.5.** A proponente deverá comprovar o atendimento aos requisitos de qualidade mediante a apresentação de:

- c) Relação nominal das unidades indicando o selo de acreditação detido por cada uma;
- d) Cópia simples dos certificados vigentes OU relatório extraído dos sites oficiais das entidades certificadoras (ONA, CBA/JCI, IQG/Qmentum, CBR/PADI), emitido em até 30 dias antes da proposta, que ateste a validade e o nível da acreditação para o endereço da unidade proposta.

**4.6.** Em caso de descredenciamento ou perda de certificação de qualquer unidade durante a vigência contratual, a contratada deverá promover a substituição por prestador de **equivalente ou superior padrão de qualidade e acreditação**, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de sanções contratuais por descumprimento de padrão assistencial.

#### **4.7 Prazo de vigência contratual**

A vigência do contrato será de 24 (vinte quatro) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada nos termos da legislação aplicável.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO E GOVERNANÇA ASSISTENCIAL**

#### **5.1. Forma de execução do objeto**

A execução contratual será de natureza continuada, mediante a prestação indireta de serviços de assistência à saúde por operadora ou seguradora devidamente registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, destinada aos empregados da Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos – CCPAR e seus dependentes, nos termos deste Termo de Referência e da regulamentação aplicável.

A prestação dos serviços ocorrerá por meio de rede própria, credenciada ou referenciada, com suporte a mecanismos de autorização, atendimento direto e reembolso, assegurando a continuidade da assistência em todas as situações previstas contratualmente.

#### **5.2. Governança da rede assistencial**

A Contratada será integralmente responsável pela gestão, manutenção e integridade da rede assistencial, incluindo:

credenciamento, descredenciamento e substituição de prestadores

manutenção contínua da rede mínima exigida na Seção 4;

preservação dos padrões de qualidade e certificação exigidos;

atualização permanente das informações da rede;

garantia de cobertura assistencial em todo o território nacional.

Alterações relevantes na rede assistencial deverão observar os prazos e condições estabelecidos no Acordo de Níveis de Serviço (SLA).

#### **5.3. Gestão operacional dos beneficiários**

A Contratada deverá operar sistema integrado de gestão cadastral, assegurando:

inclusão e exclusão de beneficiários conforme comunicação da Contratante;

atualização cadastral contínua sem interrupção de cobertura assistencial;

processamento de movimentações em prazos compatíveis com a continuidade assistencial;

rastreabilidade das alterações durante toda a vigência contratual;

observância integral da legislação aplicável e das normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS quanto à elegibilidade, manutenção e exclusão de beneficiários;

operacionalização da manutenção de beneficiários após o término do vínculo empregatício, nos casos de demissão sem justa causa ou aposentadoria, nos termos da legislação vigente e da jurisprudência aplicável, incluindo: (i) disponibilização de opção formal de permanência ao beneficiário no momento do desligamento; (ii) manutenção da continuidade da cobertura assistencial, sem solução de continuidade, desde que exercido o direito de permanência nos prazos legais; (iii) alteração da condição do beneficiário de ativo para inativo, com assunção integral do custeio pelo próprio beneficiário; (iv) garantia de que a permanência ocorrerá no mesmo plano e com as mesmas condições assistenciais vigentes à época do vínculo ativo, vedada migração compulsória para produto diverso; (v) a cobrança dos beneficiários que optarem pela manutenção do plano após o término do vínculo empregatício será realizada diretamente pela Contratada, por meio de instrumentos próprios, tais como boleto bancário, débito automático ou outros meios eletrônicos, abrangendo, quando aplicável, seus dependentes regularmente vinculados; (vi) vedação de inclusão, na fatura mensal da Contratante, de beneficiários na condição de inativos, assim considerados aqueles que optarem pela manutenção do plano após o término do vínculo empregatício, bem como vedação de qualquer ônus, responsabilidade financeira ou operacional à Contratante em relação a tais beneficiários;

Parágrafo único. Para fins deste Termo de Referência, considera-se término do vínculo empregatício a rescisão contratual definitiva ou a impossibilidade de sua continuidade, não se confundindo com hipóteses de prorrogação contratual.

#### **5.4. ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO (ANS ou SLA)**

O desempenho da execução contratual será monitorado por meio de Acordo de Níveis de Serviço, que estabelece indicadores mínimos obrigatórios de qualidade, disponibilidade e continuidade assistencial.

##### **5.4.1. Indicadores mínimos de desempenho**

a) Disponibilidade da rede assistencial mínima (IDR): manutenção integral dos quantitativos e padrões definidos na Seção 4 durante toda a vigência contratual.

b) Tempo de substituição de prestadores estratégicos:

comunicação à Contratante: até 48 horas úteis;

substituição por prestador equivalente ou superior: até 30 dias corridos.

c) Continuidade assistencial: vedação de interrupção de atendimento por falhas de rede ou gestão operacional.

d) Tempo de resposta assistencial: garantia de atendimento compatível com a natureza do serviço (urgência, emergência e eletivos), conforme regulamentação da ANS.

#### **5.4.2. Consequências por descumprimento do ANS/SLA**

O não atendimento dos níveis mínimos de serviço poderá ensejar, conforme a gravidade e a recorrência da inconformidade:

- a) aplicação de glosas proporcionais;
- b) aplicação de penalidades contratuais, inclusive multa;
- c) determinação de substituição de prestadores, quando caracterizada inadequação da rede assistencial;
- d) demais sanções previstas no instrumento convocatório e no contrato.

A aplicação das medidas previstas neste item deverá observar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, vedada a aplicação cumulativa de sanções de mesma natureza pelo mesmo fato, salvo justificativa expressa.

#### **5.4.3. Monitoramento e fiscalização**

A Contratante poderá realizar auditorias periódicas na rede assistencial e nos fluxos operacionais, inclusive mediante consulta a bases públicas de acreditação e órgãos reguladores.

A Contratada deverá manter transparência ativa sobre sua rede assistencial, garantindo acesso às informações necessárias à fiscalização contratual.

#### **5.4.4. Continuidade e mitigação de risco assistencial**

A execução contratual deverá assegurar continuidade plena da assistência à saúde, vedada qualquer interrupção injustificada dos serviços.

A Contratada deverá adotar mecanismos preventivos para evitar desassistência, inclusive em casos de descredenciamento, perda de certificação ou incapacidade operacional de prestadores.

#### **5.5. Cobertura de alimentação do acompanhante em internação hospitalar**

A Contratada fica obrigada a operacionalizar, junto a toda a sua rede credenciada, a cobertura de alimentação do acompanhante nas internações hospitalares, nos termos do item 3.8 deste Termo de Referência, observando as seguintes obrigações:

- a) garantir que nenhum prestador credenciado cobre diretamente do beneficiário ou do acompanhante valores relativos a refeições cobertas contratualmente, sendo o ressarcimento operacionalizado exclusivamente entre a Contratada e o prestador;

- b) assegurar que a cobertura alcance internações em Unidade de Terapia Intensiva (UTI), quando a presença do acompanhante for autorizada pela equipe médica, vedada qualquer restrição operacional não fundamentada em contraindicação clínica formal;
- c) incluir a obrigação de fornecimento de alimentação ao acompanhante nos instrumentos contratuais firmados com os prestadores da rede, de modo a garantir sua efetividade independentemente de negociação caso a caso;
- d) registrar e responder, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, qualquer reclamação de beneficiário relativa à negativa ou cobrança indevida de alimentação de acompanhante, comunicando o resultado à Contratante;
- e) o descumprimento das obrigações previstas neste item sujeitará a Contratada às penalidades previstas no item 5.4.2, sem prejuízo do ressarcimento integral ao beneficiário dos valores eventualmente cobrados de forma indevida.

## **5.6 Gestão da transição contratual e portabilidade de carências**

A Contratada deverá adotar todas as providências operacionais necessárias para garantir a transição sem descontinuidade assistencial entre o contrato anterior da Contratante e o novo contrato, observando:

- a) iniciar o processamento da portabilidade de carências imediatamente após a assinatura do contrato, sem aguardar solicitação individual dos beneficiários, sendo a operacionalização de responsabilidade exclusiva da Contratada;
- b) garantir que nenhum beneficiário oriundo do contrato anterior seja submetido a negativa de cobertura fundamentada em carência não cumprida, sendo qualquer negativa nesse fundamento considerada descumprimento contratual sujeito às penalidades previstas no item 5.4.2;
- c) manter canal específico de atendimento para registro e resolução de reclamações relativas a carências durante os primeiros 90 (noventa) dias de vigência contratual, período considerado crítico de transição, com prazo de resposta máximo de 48 (quarenta e oito) horas úteis;
- d) assegurar que o intervalo entre o encerramento do contrato anterior e o início da vigência do novo contrato não implique ruptura do vínculo assistencial dos beneficiários, adotando, se necessário, mecanismos de cobertura provisória para o período de transição;
- e) o descumprimento das obrigações previstas neste item sujeitará a Contratada às penalidades previstas no item 5.4.2, sem prejuízo do ressarcimento integral ao beneficiário de quaisquer despesas decorrentes de negativa indevida por carência.

## **6. FORMA DE MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS E PAGAMENTO**

### **6.1. Forma de remuneração**

A remuneração da Contratada será realizada sob regime de preço mensal por beneficiário (per capita), conforme quantitativo de vidas ativas informadas pela Contratante, incluindo titulares e dependentes regularmente cadastrados.

O valor mensal devido será calculado com base no número de beneficiários ativos no último dia de cada mês de competência.

## **6.2. Base de faturamento e movimentação cadastral**

Para fins de faturamento:

- a) a Contratada deverá considerar exclusivamente os beneficiários ativos no período de competência;
- b) inclusões e exclusões serão processadas conforme regras de movimentação cadastral previstas neste Termo de Referência;
- c) alterações realizadas no curso do mês poderão gerar impacto proporcional no faturamento, conforme regra de proporcionalidade definida em contrato.

### **6.2.1. Movimentação Cadastral**

Para fins de gestão e faturamento, a movimentação cadastral de beneficiários observará as seguintes regras:

- a) a inclusão e a exclusão de beneficiários deverão ser formalmente comunicadas pela Contratante à Contratada até o dia 20 (vinte) de cada mês, para processamento no período de competência correspondente;
- b) as inclusões de beneficiários produzirão efeitos a partir da data de sua efetiva ativação no sistema da Contratada, observadas as normas aplicáveis da Agência Nacional de Saúde Suplementar quanto ao início de vigência da cobertura assistencial;
- c) as exclusões de beneficiários produzirão efeitos a partir da data de sua efetiva desativação no sistema da Contratada, vedada a cobrança após essa data, respeitadas as regras de cobertura assistencial estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar;
- d) as movimentações realizadas fora do prazo definido na alínea “a” serão processadas no período de competência subsequente, exclusivamente para fins de faturamento, não podendo implicar restrição ou descontinuidade da cobertura assistencial, a qual deverá observar integralmente as normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar;
- e) as movimentações cadastrais deverão observar critérios de consistência e validação definidos entre as partes, podendo a Contratada recusar solicitações que apresentem inconsistências ou ausência de informações obrigatórias;

f) eventuais ajustes decorrentes de movimentações cadastrais intempestivas ou inconsistentes deverão ser tratados no faturamento subsequente, vedada a cobrança retroativa sem a devida comprovação e anuência da Contratante.

### **6.3. Condicionamento ao cumprimento do ANS/SLA**

O pagamento mensal estará vinculado à verificação do cumprimento dos níveis mínimos de serviço estabelecidos no Acordo de Níveis de Serviço (ANS/SLA), especialmente quanto a:

- a) manutenção da rede assistencial mínima prevista na Seção 4;
- b) disponibilidade operacional da rede credenciada;
- c) cumprimento dos prazos de substituição de prestadores estratégicos;
- d) garantia de continuidade assistencial aos beneficiários.

I- O eventual descumprimento dos níveis de serviço poderá ensejar glosa proporcional sobre o valor mensal faturado, conforme critérios objetivos definidos no Acordo de Níveis de Serviço.

II- A aplicação de penalidades contratuais observará o disposto no item 5.4.2 deste Termo de Referência.

III - Não será admitida retenção de pagamento de parcelas devidamente executadas e liquidadas, devendo eventuais inconformidades ser tratadas por meio de glosas ou aplicação de penalidades, nos termos deste Termo de Referência.

### **6.4. Procedimento de faturamento**

A Contratada deverá apresentar mensalmente:

demonstrativo de beneficiários ativos no período;

relatório de eventos relevantes que impactem a rede assistencial;

fatura detalhada correspondente ao período de competência e acompanhada de relação atualizada de beneficiários (titulares e dependentes), contendo a identificação dos vínculos no período de competência.

A Contratante terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da fatura acompanhada da documentação completa, para conferência e validação, podendo, nesse período, solicitar esclarecimentos, correções ou glosas, hipótese em que o prazo de pagamento será suspenso até a regularização.

### **6.5. Reembolso e despesas assistenciais**

Os valores referentes a reembolsos assistenciais não integrarão o faturamento mensal do contrato, devendo ser processados e pagos diretamente aos beneficiários pela Contratada, observando:

- a) os limites, critérios e condições estabelecidos na regulamentação da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS;
- b) o prazo máximo de pagamento deverá observar os prazos estabelecidos no item
- c) a obrigatoriedade de reembolso integral nas hipóteses de indisponibilidade, insuficiência ou falha da rede assistencial credenciada;
- d) a vedação de compensação, dedução ou inclusão de valores de reembolso na fatura mensal apresentada à Contratante;
- e) a observância dos parâmetros técnicos, valores e regras constantes da tabela de reembolso apresentada na proposta e mantida na contratação.

Será assegurado o reembolso, das despesas médicas e hospitalares a todos os beneficiários que utilizarem os serviços médicos, auxiliares de diagnóstico e tratamento de sua livre escolha, desde que estejam dentro do Rol de Procedimentos vigente da ANS.

#### **6.5.1. Tabela de reembolso**

A Contratada deverá apresentar, obrigatoriamente:

- a) a tabela de reembolso no momento da proposta de preços; e
- b) a mesma tabela no ato da contratação, vedada qualquer redução, restrição ou alteração das condições originalmente ofertadas;
- c) a tabela de reembolso poderá ser reajustada por ocasião do reajuste do contrato, desde que: (i) haja correspondência com os critérios de reajuste aplicáveis ao contrato, especialmente quanto à variação de custos assistenciais e sinistralidade; (ii) seja mantido o equilíbrio entre o nível do plano contratado, a rede assistencial e os valores de reembolso praticados; (iii) não implique, em qualquer hipótese, redução nominal de valores ou perda de vantagem para os beneficiários; (iv) seja previamente comunicada e aprovada pela Contratante.

d) A tabela deverá:

indicar expressamente os valores de reembolso por especialidade médica, no caso de consultas;

contemplar todas as categorias de plano ofertadas, com detalhamento completo;

manter correspondência com a rede assistencial e com o preço apresentado;

observar os parâmetros e práticas regulatórias da ANS.

A escolha da categoria de plano caberá exclusivamente à Contratante, sendo vedada a posterior limitação das condições de reembolso apresentadas na proposta.

#### **6.5.2. Forma de pagamento ao beneficiário**

O reembolso de despesas assistenciais deverá ser efetuado mediante crédito em conta bancária previamente cadastrada pelo beneficiário junto à Contratada, observada a titularidade do beneficiário ou de seu responsável legal, quando aplicável.

A Contratada deverá disponibilizar meios digitais seguros para cadastramento e atualização dos dados bancários.

Eventuais falhas ou atrasos decorrentes de dados bancários incorretos ou desatualizados não serão imputáveis à Contratada, desde que demonstrada a regularidade do processamento do reembolso.

### **6.5.3. Prazos e SLA de reembolso**

Os pedidos de reembolso deverão ser processados mediante apresentação da documentação comprobatória exigida pela regulamentação da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e pelas condições contratuais, sendo admitida validação prévia apenas nos casos em que tal procedimento for tecnicamente justificável, desde que não represente restrição indevida ao direito do beneficiário.

Para fins de execução contratual, ficam estabelecidos os seguintes prazos máximos:

- a) Análise do pedido de reembolso: até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da documentação completa;
- b) Pagamento do reembolso: até 30 (trinta) dias corridos, contados da data de apresentação completa da documentação, conforme limite regulatório da ANS;
- c) Consultas médicas eletivas: pagamento preferencial em até 10 (dez) dias corridos;
- d) Exames e procedimentos de baixa complexidade: pagamento em até 15 (quinze) dias corridos;
- e) Honorários médicos em procedimentos cirúrgicos, internações e eventos de média e alta complexidade: pagamento em até 30 (trinta) dias corridos;
- f) Casos de falha ou indisponibilidade da rede credenciada: prioridade no processamento, com pagamento em prazo não superior a 15 (quinze) dias corridos, observado o reembolso integral;

I - O prazo para pagamento somente terá início após a apresentação completa da documentação exigida, sendo vedada a solicitação reiterada ou desnecessária de documentos com o objetivo de retardar a análise do pedido.

II - Eventuais pendências documentais deverão ser comunicadas ao beneficiário em até 3 (três) dias úteis, contados do protocolo da solicitação, sob pena de início automático da contagem do prazo de análise.

III- O descumprimento dos prazos estabelecidos neste item será considerado falha relevante na execução contratual, sujeitando a Contratada à aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência e à eventual aplicação de glosas, nos termos do item 6.3.

## **6.6. Retenção por não conformidade**

Verificada a não conformidade na execução contratual, especialmente relacionada a:

- falhas de rede assistencial;
- descumprimento de SLA, inclusive de reembolso;
- indisponibilidade de prestadores estratégicos;

a Contratante poderá realizar retenção proporcional de valores até a regularização da prestação dos serviços, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

## **7. REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

### **7.1. Regra geral**

Os valores contratados poderão ser reajustados anualmente, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data de início da vigência contratual ou do último reajuste aplicado, conforme regulamentação da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

O reajuste não será automático, dependendo de solicitação formal da Contratada e análise pela Contratante, na qualidade de estipulante do plano coletivo empresarial.

### **7.2. Critérios de reajuste**

O reajuste poderá considerar, cumulativa ou alternativamente:

- a) a variação dos custos médico-hospitalares (VCMH), como referência técnica para avaliação da evolução dos custos assistenciais;
- b) a sinistralidade da carteira, observada a relação entre despesas assistenciais e receitas do contrato;
- c) outros parâmetros técnico-atuariais usualmente adotados no mercado de saúde suplementar, desde que devidamente justificados.

### **7.3. Limitação do reajuste (teto híbrido)**

O reajuste anual estará limitado ao menor dos seguintes parâmetros:

- a) variação comprovada dos custos assistenciais no período;
- b) índices de referência de inflação em saúde ou índice geral de preços aplicável;
- c) percentual máximo de 15% (quinze por cento).

Parágrafo único. A aplicação de percentual superior ao limite estabelecido somente poderá ocorrer em caráter excepcional, mediante demonstração inequívoca do desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, devidamente comprovada por documentação técnico-atuarial idônea, e dependerá de negociação e aprovação expressa da Contratante.

#### **7.4. Reajuste por sinistralidade**

Poderá ser admitido reajuste por sinistralidade quando esta ultrapassar o patamar de 70% (setenta por cento) da receita contratual, desde que:

- a) seja apresentada memória de cálculo detalhada;
- b) haja demonstração clara da evolução das despesas assistenciais;
- c) os dados sejam auditáveis e compatíveis com a execução contratual.

#### **7.5. Condições para aplicação do reajuste**

A aplicação de qualquer reajuste dependerá de:

- a) solicitação formal da Contratada;
- b) apresentação de documentação comprobatória idônea, incluindo memória de cálculo;
- c) análise técnica e aprovação pela Contratante; e
- d) observância das normas da ANS e das boas práticas atuariais.

#### **7.6. Vedação à automaticidade**

A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato não ocorrerá de forma automática, devendo ser objeto de análise específica pela Contratante, que poderá aceitar, rejeitar ou negociar os percentuais propostos.

#### **7.7. Variações cadastrais**

Não serão considerados reajuste contratual as variações de valor decorrentes de alterações no perfil da massa de beneficiários, tais como:

- a) inclusão ou exclusão de beneficiários;
- b) alteração de faixa etária;
- c) inclusão ou exclusão de dependentes;
- d) variação no quantitativo de vidas.

I- Nesses casos, os valores serão ajustados automaticamente conforme a estrutura de preços contratada, sem necessidade de termo aditivo.

#### **7.8. Substituição de índice ou metodologia**

Na hipótese de extinção, indisponibilidade ou inadequação dos parâmetros utilizados para reajuste, poderá ser adotado outro critério que reflita a variação dos custos assistenciais, mediante justificativa técnica e aprovação da Contratante.

### **7.9. Preclusão do direito ao reajuste**

A ausência de solicitação formal de reajuste pela Contratada até a data da prorrogação da vigência contratual implicará a preclusão do direito ao reajuste relativo ao período já decorrido, não sendo admitida sua aplicação retroativa ou cumulativa.

I - O disposto neste item não afasta a possibilidade de análise de pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro em caráter excepcional, desde que devidamente comprovadas as hipóteses legais aplicáveis.

## **8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

### **8.1. Registro regulatório**

A licitante deverá comprovar registro ativo junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, como operadora de plano privado de assistência à saúde ou seguradora especializada, apta a comercializar os produtos ofertados, nos termos da legislação vigente.

### **8.2. Capacidade técnico-operacional**

A licitante deverá demonstrar que possui estrutura técnico-operacional compatível com a execução do objeto, mediante apresentação de:

- a) declaração formal de que dispõe de rede assistencial apta a atender às exigências deste Termo de Referência, especialmente quanto à abrangência nacional e aos requisitos mínimos de qualidade, dimensionamento e capilaridade previstos no item 4;
- b) relação nominal da rede assistencial relevante, contendo, no mínimo, identificação dos prestadores, localização e tipo de serviço ofertado;
- c) declaração de que a rede assistencial se encontra ativa, disponível e apta à prestação dos serviços na data da proposta;

### **8.3. Capacidade digital e experiência do beneficiário**

A licitante deverá comprovar que disponibiliza, diretamente ou por meio de suas plataformas, soluções digitais que assegurem o adequado acesso dos beneficiários aos serviços contratados, incluindo, no mínimo:

- a) aplicativo móvel e/ou portal eletrônico funcional;
- b) identificação digital do beneficiário (carteirinha digital);
- c) consulta à rede credenciada com informações atualizadas, preferencialmente com geolocalização;

- d) solicitação, acompanhamento e gestão de autorizações de procedimentos;
- e) canal digital para orientações assistenciais e esclarecimento de dúvidas;
- f) acesso a histórico de utilização e informações de cobertura;
- g) canal para solicitação e acompanhamento de reembolsos.

#### **8.4. Telemedicina e atenção remota à saúde**

A licitante deverá disponibilizar serviços de telemedicina aos beneficiários, em conformidade com a legislação vigente, contemplando, no mínimo:

- a) atendimento remoto síncrono (teleconsulta), com profissionais habilitados;
- b) acesso a orientação médica inicial e triagem assistencial;
- c) possibilidade de encaminhamento para atendimento presencial, quando necessário;
- d) registro dos atendimentos realizados, garantindo rastreabilidade e continuidade do cuidado;
- e) funcionamento em regime compatível com a demanda assistencial, inclusive para atendimentos fora do horário comercial.

#### **8.5. Transparência e atualização da rede assistencial**

A licitante deverá garantir que as informações relativas à rede assistencial:

- a) estejam disponíveis em meio eletrônico acessível aos beneficiários e à contratante;
- b) sejam mantidas atualizadas, refletindo fielmente a disponibilidade dos prestadores;
- c) permitam a identificação clara dos serviços ofertados e da localização dos prestadores.

#### **8.6. Verificação e diligência**

A comprovação das informações poderá ser realizada por meio de:

- a) declarações da licitante;
- b) documentos comprobatórios;
- c) consulta a sítios eletrônicos oficiais;

I- Fica facultado à CCPar realizar diligências, inclusive testes operacionais nas **plataformas digitais, para validação da capacidade técnico-operacional e das funcionalidades declaradas.**

### **9. GARANTIA CONTRATUAL**

#### **9.1. Prestação da garantia**

A adjudicatária deverá prestar garantia contratual correspondente a 2% (dois por cento) do valor total do contrato, até a data de sua assinatura, em uma das modalidades previstas no art. 70, §1º, da Lei nº 13.303/2016 e no art. 81, §1º do Decreto Municipal nº 44.698/2018.

Parágrafo único. A garantia deverá ser apresentada no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação formal, sob pena de caracterização de descumprimento total da obrigação assumida e aplicação das penalidades cabíveis.

## **9.2. Modalidades e requisitos**

A garantia poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

- a) caução em dinheiro;
- b) seguro-garantia;
- c) fiança bancária.

I - No caso de seguro-garantia, o instrumento deverá:

contemplar cobertura durante toda a vigência contratual;

prever possibilidade de renovação;

incluir cobertura de multas contratuais e demais penalidades aplicáveis.

§2º No caso de fiança bancária, deverá ser observado o padrão estabelecido pela CCPar.

## **9.3. Finalidade da garantia**

A garantia será utilizada para assegurar o cumprimento das obrigações contratuais, podendo ser executada para: a) pagamento de multas aplicadas; b) ressarcimento de prejuízos causados à Contratante, e, c) cobertura de inadimplemento contratual, sem prejuízo da retenção de créditos eventualmente devidos à Contratada.

## **9.4. Execução e recomposição da garantia**

Os valores de multas aplicadas serão descontados da garantia, caso não sejam quitados no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da ciência da penalidade.

a) Caso o valor da multa exceda o valor da garantia, a Contratada responderá pela diferença, que poderá ser:

descontada de pagamentos devidos; ou

cobrada judicialmente.

b) Na hipótese de utilização parcial ou total da garantia, a Contratada deverá recompor seu valor integral no prazo de:

7 (sete) dias úteis, em regra;

48 (quarenta e oito) horas, nos casos de desconto decorrente de multa.

O descumprimento implicará possibilidade de rescisão contratual.

#### **9.5. Atualização, complementação e prorrogação da garantia**

Sempre que houver alteração do valor do contrato, inclusive em decorrência de reajuste, a Contratada deverá complementar a garantia, de modo a manter o percentual de 2% (dois por cento), no prazo de até 7 (sete) dias úteis, contados da notificação.

Na hipótese de prorrogação da vigência contratual, a Contratada deverá promover a renovação ou prorrogação da garantia anteriormente prestada, de forma a abranger todo o novo período contratual, devendo a respectiva comprovação ser apresentada previamente à formalização da prorrogação, sob pena de impedimento de sua efetivação.

#### **9.6. Rescisão contratual**

Em caso de rescisão por culpa da Coreajuste

ntratada, a garantia poderá ser executada integralmente, sem prejuízo da cobrança de eventual diferença apurada entre o valor da garantia e os prejuízos causados.

#### **9.7. Liberação da garantia**

A garantia somente será liberada após o integral cumprimento das obrigações contratuais, mediante ato formal da autoridade competente, podendo ser retida, total ou parcialmente, para quitação de eventuais obrigações pendentes.

Quando prestada em dinheiro, a garantia será restituída com a devida atualização monetária.

### **10. PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

#### **10.1. Disposições gerais**

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de penalidades, observados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Lei nº 13.303/2016 e do Decreto Municipal nº 44.698/2018.

#### **10.2. Espécies de sanções**

Poderão ser aplicadas à Contratada, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

### **10.3. Multas**

As multas serão aplicadas conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de outras sanções cabíveis:

#### **10.3.1. Multa por descumprimento de obrigações contratuais**

Até 5% (cinco por cento) do valor mensal do contrato, por infração, nos casos de:

descumprimento de obrigações assistenciais;

falhas na rede credenciada;

descumprimento de prazos estabelecidos;

irregularidades na prestação dos serviços.

#### **10.3.2. Multa por descumprimento de SLA**

Aplicação de multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor mensal do contrato, nos casos de:

indisponibilidade de rede assistencial mínima;

descumprimento dos prazos de atendimento (consultas, exames, internações);

falha na substituição de prestadores estratégicos;

descumprimento dos níveis de serviço digitais (app, telemedicina, autorizações).

#### **10.3.3. Multa por indisponibilidade de rede crítica**

Multa de até 10% (dez por cento) do valor mensal do contrato, nos casos de:

indisponibilidade de hospitais com certificação exigida;

ausência de UTI conforme requisitos do item 4;

falha grave que comprometa o atendimento assistencial.

#### **10.3.4. Multa por atraso ou recusa na prestação do serviço**

Até 1% (um por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato, limitada a 10% (dez por cento), nos casos de:

atraso no início da prestação dos serviços;  
recusa injustificada de atendimento;  
demora injustificada na autorização de procedimentos.

#### **10.4. Reincidência e agravamento**

Em caso de reincidência, as penalidades poderão ser aplicadas em dobro, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual.

#### **10.5. Execução das penalidades**

As multas aplicadas:

- a) poderão ser descontadas da garantia contratual;
- b) poderão ser descontadas de valores devidos à Contratada;
- c) poderão ser cobradas judicialmente, quando necessário.

#### **10.6. Rescisão contratual**

O descumprimento reiterado das obrigações contratuais, especialmente aquelas relacionadas à qualidade da rede assistencial e ao atendimento dos beneficiários, poderá ensejar a rescisão do contrato, nos termos da legislação aplicável.

#### **10.7. Proporcionalidade e gradação**

A aplicação das penalidades observará:

- a gravidade da infração;
- a extensão do dano causado;
- a vantagem auferida pela Contratada;
- a reincidência.

#### **10.8. Independência das sanções**

A aplicação das penalidades previstas neste item não exclui a responsabilidade civil da Contratada pelos danos causados à Contratante ou a terceiros.

#### **10.9. Integração ao instrumento contratual**

As penalidades e sanções previstas neste Termo de Referência integram o contrato a ser celebrado, independentemente de transcrição integral, obrigando as partes ao seu fiel cumprimento.

Parágrafo único. Em caso de divergência entre as disposições deste Termo de Referência e o instrumento contratual, prevalecerão aquelas que assegurem maior proteção ao interesse público e à adequada execução do objeto.

## **11. MATRIZ DE RISCOS**

### **11.1. Finalidade**

A Matriz de Riscos tem por finalidade identificar, classificar e alocar os riscos inerentes à execução contratual, distribuindo-os entre as partes de forma equilibrada, conforme sua natureza e capacidade de gestão, nos termos da Lei nº 13.303/2016.

### **11.2. Alocação de riscos**

A Contratada será integral e exclusivamente responsável pelos riscos a ela atribuídos na Matriz de Riscos, incluindo aqueles relacionados à execução dos serviços, à gestão da rede assistencial e ao cumprimento dos níveis de serviço estabelecidos neste Termo de Referência.

### **11.3. Vedação ao reequilíbrio indevido**

É vedada a celebração de aditivos contratuais ou a formulação de pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro decorrentes de eventos alocados à Contratada nesta Matriz de Riscos.

### **11.4. Manutenção do equilíbrio contratual**

Considera-se mantido o equilíbrio econômico-financeiro do contrato sempre que os riscos se materializarem conforme a alocação estabelecida nesta Matriz.

### **11.5. Formação da proposta**

A proposta comercial deverá ser elaborada considerando integralmente os riscos atribuídos à Contratada, não sendo admitida posterior alegação de desconhecimento, erro de estimativa ou subavaliação.

### **11.6. Principais riscos alocados à Contratada**

Sem prejuízo de outros inerentes à execução contratual, são considerados riscos de responsabilidade da Contratada:

- a) variação da sinistralidade da carteira, a qual constitui risco ordinário da atividade da Contratada, devendo ser absorvida na formação de preços e nas regras de reajuste previstas neste Termo de Referência, não ensejando, por si só, reequilíbrio econômico-financeiro fora das hipóteses expressamente estabelecidas;
- b) aumento dos custos médico-hospitalares;
- c) descredenciamento, substituição ou indisponibilidade de prestadores da rede assistencial;
- d) falhas na rede assistencial, inclusive quanto à capacidade, qualidade ou distribuição geográfica;

- e) descumprimento dos níveis de serviço (SLA), inclusive assistenciais e digitais;
- f) indisponibilidade ou falha de canais de atendimento, aplicativos, sistemas ou serviços de telemedicina;
- g) erros operacionais na gestão do plano, incluindo faturamento, autorizações e cadastro de beneficiários;
- h) negativas indevidas de cobertura, atrasos ou falhas na autorização de procedimentos;
- i) descumprimento das obrigações regulatórias aplicáveis ao setor de saúde suplementar.

#### **11.7. Riscos atribuídos à Contratante**

São de responsabilidade da Contratante:

- a) variação do quantitativo de beneficiários;
- b) alterações normativas que impactem diretamente o contrato, desde que imprevisíveis à época da contratação;
- c) fatos extraordinários, imprevisíveis ou de força maior que afetem a execução contratual, nos termos da legislação aplicável.

### **12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

#### **12.1. Obrigações gerais de prestação**

A Contratada deverá prestar os serviços de assistência médico-hospitalar de forma contínua, adequada e eficiente, observando integralmente a legislação aplicável ao setor de saúde suplementar, as normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

#### **12.2. Cobertura assistencial**

**A Contratada deverá:**

- a) garantir cobertura assistencial em todo o território nacional, nos termos do plano contratado;
- b) arcar integralmente com as despesas assistenciais cobertas, inclusive hospitalares, ambulatoriais, obstétricas e de urgência e emergência;
- c) assegurar internação hospitalar em acomodação individual (apartamento), conforme previsto neste Termo de Referência;
- d) garantir cobertura de consultas, exames, terapias e internações em conformidade com o rol da ANS;

e) assegurar igualdade de cobertura entre titulares e dependentes, nos termos da legislação aplicável;

### **12.3. Rede assistencial**

#### **A Contratada deverá:**

a) manter rede assistencial em conformidade com os requisitos mínimos e padrões de excelência estabelecidos no item 4 deste Termo de Referência;

b) assegurar a estabilidade, suficiência e distribuição geográfica da rede, vedada a degradação qualitativa ou quantitativa;

c) promover a substituição de prestadores descredenciados, nos prazos e condições estabelecidos no SLA contratual, sempre por unidades de padrão equivalente ou superior;

d) observar as normas da ANS quanto à substituição de prestadores, sem prejuízo das exigências mais rigorosas estabelecidas neste Termo de Referência;

### **12.4. Reembolso**

#### **A Contratada deverá:**

a) assegurar o reembolso das despesas assistenciais nos termos da regulamentação da ANS e das condições contratuais;

b) cumprir os prazos de reembolso definidos no ANS/SLA;

c) garantir que os valores de reembolso sejam compatíveis com os valores praticados no mercado e com o plano contratado.

### **12.5. Cadastramento e gestão de beneficiários**

#### **A Contratada deverá:**

a) realizar o cadastramento dos beneficiários no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da solicitação da Contratante;

b) manter atualizada a base cadastral dos beneficiários;

c) processar inclusões, exclusões e alterações cadastrais de forma tempestiva.

### **12.6. Canais de atendimento e soluções digitais**

#### **A Contratada deverá:**

a) disponibilizar central de atendimento telefônico 24h (vinte e quatro horas);

b) disponibilizar canais digitais eficientes, incluindo aplicativo móvel e portal eletrônico, com funcionalidades de:

consulta à rede credenciada;

solicitação e acompanhamento de autorizações;

acompanhamento de reembolsos;

acesso a carteirinha digital;

c) garantir a estabilidade e disponibilidade dos canais digitais, conforme níveis de serviço estabelecidos no SLA;

### **12.7. Transparência e disponibilização de informações**

#### **A Contratada deverá:**

a) disponibilizar, em meio digital atualizado, a relação completa da rede assistencial;

b) fornecer regulamento do plano aos beneficiários no ato da adesão;

c) disponibilizar à Contratante acesso às informações necessárias à gestão contratual, inclusive dados de utilização, sinistralidade e indicadores assistenciais.

### **12.8. Faturamento e prestação de contas**

#### **A Contratada deverá:**

a) apresentar mensalmente fatura detalhada, acompanhada da relação nominal de beneficiários e respectivos valores;

b) assegurar a rastreabilidade e consistência das informações faturadas;

c) disponibilizar relatórios gerenciais que permitam a conferência e validação dos valores cobrados.

### **12.9. Governança contratual e gestão da qualidade**

#### **A Contratada deverá:**

a) apresentar relatórios mensais contendo, no mínimo:

indicadores assistenciais;

prazos de autorização;

prazos de reembolso;

volume de atendimentos;

índice de reclamações;

- b) participar de reuniões periódicas de acompanhamento contratual com a Contratante;
- c) disponibilizar acesso contínuo às informações necessárias à fiscalização do contrato;
- d) manter estrutura de governança apta à gestão do contrato;

#### **12.10. Níveis de serviço (ANS/SLA)**

A Contratada deverá cumprir integralmente os níveis de serviço estabelecidos neste Termo de Referência, especialmente quanto a:

- a) prazos de atendimento e autorização;
- b) prazos de reembolso;
- c) manutenção da rede assistencial;
- d) disponibilidade de canais digitais;

O descumprimento dos níveis de serviço sujeitará a Contratada à aplicação das penalidades contratuais.

#### **12.11. Conformidade regulatória e legal**

**A Contratada deverá:**

- a) observar integralmente a regulamentação da ANS;
- b) manter regularidade junto aos órgãos reguladores;
- c) cumprir a legislação aplicável, inclusive no que se refere à proteção de dados pessoais.

#### **12.12. Proteção de dados e segurança da informação**

**A Contratada deverá:**

- a) assegurar o tratamento adequado dos dados pessoais dos beneficiários;
- b) adotar medidas de segurança da informação compatíveis com a natureza dos dados tratados;
- c) comunicar imediatamente à Contratante qualquer incidente de segurança relevante.

#### **12.13. Continuidade do serviço e contingência**

**Na hipótese de:**

intervenção da ANS;

suspensão de comercialização;

redução relevante da rede assistencial;

crise econômico-financeira;

I - a Contratada deverá:

a) comunicar imediatamente a Contratante;

b) apresentar plano de contingência no prazo máximo de 5 (cinco) dias;

c) assegurar a continuidade da prestação dos serviços;

sem prejuízo do direito da Contratante à rescisão contratual.

### **13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (CCPAR)**

13.1. Disponibilizar as informações necessárias ao cadastramento dos beneficiários;

13.2. Comunicar tempestivamente inclusões, exclusões e alterações cadastrais;

13.3. Efetuar os pagamentos nos prazos e condições estabelecidos;

13.4. Designar gestor e fiscal do contrato, responsáveis pelo acompanhamento da execução, validação de relatórios e registro de ocorrências;

13.5. Exercer a fiscalização do contrato, inclusive quanto ao cumprimento dos níveis de serviço, sem prejuízo da responsabilidade da Contratada.

**ANEXO IV**  
**MINUTA DE CONTRATO**  
**(PREGÃO ELETRÔNICO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OU FORNECIMENTO**  
**CONTÍNUO)**

**Termo de Contrato celebrado entre a**  
**COMPANHIA CARIOCA DE**  
**PARCERIAS E INVESTIMENTOS -**  
**CCPAR, como CONTRATANTE, e a**  
**\_\_\_\_\_ , como**  
**CONTRATADA, para a prestação dos**  
**serviços, na forma abaixo.**

Aos dias \_\_\_\_ do mês de \_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_\_, na \_\_\_\_\_  
[*endereço do órgão contratante*], a COMPANHIA CARIOCA DE PARCERIAS E INVESTIMENTOS  
– CCPAR, a seguir denominado **CONTRATANTE**, representado pelo [*autoridade administrativa*  
*competente para firmar o contrato*], e a sociedade \_\_\_\_\_, estabelecida na  
\_\_\_\_\_ [*endereço da sociedade CONTRATADA*], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas  
Jurídicas – CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada  
por \_\_\_\_\_ [*representante da sociedade adjudicatária*] têm justo e acordado o presente  
Contrato, que é celebrado em decorrência do resultado do Pregão Eletrônico CCPA Nº 90346/2026,  
realizado por meio do processo administrativo nº 006600.000344/2026-83, que se regerá pelas seguintes  
cláusulas e condições.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

A presente licitação se rege por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pelas normas de caráter geral da Lei Federal nº 13.303/2016. A presente licitação se rege por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pelas normas de caráter geral da Lei Federal 13.303/16, pelas disposições específicas da modalidade Pregão previstas na Lei Federal nº 14.133/21, pelo Decreto Municipal n.º 44.698/18, pelo Regulamento de Licitações e Contratos da CCPAR, disponibilizado na página desta na internet, pelos Decretos Municipais nº 23.957/04 e 30.538/09, pela Lei Complementar Federal nº 123/06 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações, pelo Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro – CAF, instituído pela Lei nº 207/80, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar nº 1/90, pelo Regulamento Geral do Código supracitado – RGCAF, aprovado pelo Decreto Municipal nº 3.221/81, e suas alterações, pela Lei Complementar Municipal nº 111/11 – Plano Diretor e de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro, pelos Decretos Municipais nº 17.907/99, 21.083/02, 21.253/02, 22.136/02, 27.715/07, 31.349/09, 40.286/15 e nº 43.612/2017, com suas alterações posteriores, pelo Decreto Municipal 33.041/10, pelas normas de direito penal contidas no Capítulo II-B do Código Penal, incluído pela Lei 14.133/21, bem como pelos

preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO**

O objeto do presente contrato é a Contratação de empresa operadora de plano privado de assistência à saúde ou seguradora especializada em seguro saúde, devidamente registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), para prestação continuada de serviços de assistência médico-hospitalar aos empregados da Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos – CCPAR e seus dependentes.

**Parágrafo Único** – O objeto do Contrato será executado com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais, contidos no processo administrativo nº 006600.000344/2026-83, no Termo de Referência, em detalhes e informações fornecidas pelo CONTRATANTE, bem como nas normas técnicas para a execução dos serviços.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR**

O valor total do presente Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (por extenso), correspondendo a uma despesa mensal estimada de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_ reais).

## **CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO**

Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA, mensalmente, após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964, em 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do documento de cobrança na CCPAR.

**Parágrafo Primeiro** – Para fins de medição, se for o caso, e faturamento, o período-base de medição do serviço prestado ou dos bens fornecidos será de um mês, considerando-se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

**Parágrafo Segundo** – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão dos serviços efetivamente prestados e aceitos no período-base mencionado no parágrafo anterior.

**Parágrafo Terceiro** – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para prestar atestação, e, após, protocolado no setor pertinente da CCPAR.

**Parágrafo Quarto** – A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, os comprovantes de recolhimento do FGTS e INSS de todos os empregados atuantes no contrato, assim como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida, declaração de regularidade trabalhista, declaração de observância das normas

de saúde e segurança do trabalho e documentos exigidos pelas normas de liquidação das despesas aplicáveis.

**Parágrafo Quinto** – O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do documento de cobrança no setor pertinente da CCPAR.

**Parágrafo Sexto** – No caso de erro nos documentos de cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, da reapresentação válida desses documentos.

**Parágrafo Sétimo** – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança na CCPAR e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% (doze por cento) ao ano.

**Parágrafo Oitavo** – O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada *pro rata die*, entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Tesouraria da CCPAR.

**Parágrafo Nono** – O pagamento será efetuado à CONTRATADA através de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à CCPAR.

## CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

Os valores contratados poderão ser reajustados anualmente, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data de início da vigência contratual ou do último reajuste aplicado, conforme regulamentação da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

O reajuste não será automático, dependendo de solicitação formal da Contratada e análise pela Contratante, na qualidade de estipulante do plano coletivo empresarial.

Parágrafo Primeiro - Critérios de reajuste

O reajuste poderá considerar, cumulativa ou alternativamente:

- a) a variação dos custos médico-hospitalares (VCMH), como referência técnica para avaliação da evolução dos custos assistenciais;
- b) a sinistralidade da carteira, observada a relação entre despesas assistenciais e receitas do contrato;
- c) outros parâmetros técnico-atuariais usualmente adotados no mercado de saúde suplementar, desde que devidamente justificados.

Parágrafo Segundo - Limitação do reajuste (teto híbrido)

O reajuste anual estará limitado ao menor dos seguintes parâmetros:

- a) variação comprovada dos custos assistenciais no período;
- b) índices de referência de inflação em saúde ou índice geral de preços aplicável;
- c) percentual máximo de 15% (quinze por cento).

Parágrafo único. A aplicação de percentual superior ao limite estabelecido somente poderá ocorrer em caráter excepcional, mediante demonstração inequívoca do desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, devidamente comprovada por documentação técnico-atuarial idônea, e dependerá de negociação e aprovação expressa da Contratante.

Parágrafo Terceiro - Limitação do reajuste (teto híbrido)

- Reajuste por sinistralidade

Poderá ser admitido reajuste por sinistralidade quando esta ultrapassar o patamar de 70% (setenta por cento) da receita contratual, desde que:

- a) seja apresentada memória de cálculo detalhada;
- b) haja demonstração clara da evolução das despesas assistenciais;
- c) os dados sejam auditáveis e compatíveis com a execução contratual.

Parágrafo Quarto - Condições para aplicação do reajuste

A aplicação de qualquer reajuste dependerá de:

- a) solicitação formal da Contratada;
- b) apresentação de documentação comprobatória idônea, incluindo memória de cálculo;
- c) análise técnica e aprovação pela Contratante; e
- d) observância das normas da ANS e das boas práticas atuariais.

Parágrafo Quinto - Vedação à automaticidade

A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato não ocorrerá de forma automática, devendo ser objeto de análise específica pela Contratante, que poderá aceitar, rejeitar ou negociar os percentuais propostos.

Parágrafo Sexto - Variações cadastrais

Não serão considerados reajuste contratual as variações de valor decorrentes de alterações no perfil da massa de beneficiários, tais como:

- a) inclusão ou exclusão de beneficiários;
- b) alteração de faixa etária;
- c) inclusão ou exclusão de dependentes;
- d) variação no quantitativo de vidas.

I- Nesses casos, os valores serão ajustados automaticamente conforme a estrutura de preços contratada, sem necessidade de termo aditivo.

#### Parágrafo Sétimo - Substituição de índice ou metodologia

Na hipótese de extinção, indisponibilidade ou inadequação dos parâmetros utilizados para reajuste, poderá ser adotado outro critério que reflita a variação dos custos assistenciais, mediante justificativa técnica e aprovação da Contratante.

#### Parágrafo Oitavo - Preclusão do direito ao reajuste

A ausência de solicitação formal de reajuste pela Contratada até a data da prorrogação da vigência contratual implicará a preclusão do direito ao reajuste relativo ao período já decorrido, não sendo admitida sua aplicação retroativa ou cumulativa.

I - O disposto neste item não afasta a possibilidade de análise de pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro em caráter excepcional, desde que devidamente comprovadas as hipóteses legais aplicáveis.

### **CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO–FINANCEIRO**

Caso o CONTRATADO requeira reequilíbrio econômico–financeiro do contrato, fica o CONTRATANTE obrigado a responder em até 60 (sessenta) dias, da data do requerimento ou da data em que forem apresentados todos os documentos necessários à apreciação do pedido.

### **CLÁUSULA SÉTIMA– REGIME E FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

Os serviços objeto do presente Contrato serão executados sob o regime de Empreitada por Preço Global, conforme as especificações constantes do Termo de Referência.

### **CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO**

A CONTRATADA submeter-se-á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pelo CONTRATANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

**Parágrafo Primeiro** – A Fiscalização da execução dos serviços caberá a comissão designada por ato da autoridade competente no âmbito da CCPAR. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

**Parágrafo Segundo** – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.

**Parágrafo Terceiro** – Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame da execução dos serviços, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

**Parágrafo Quarto** – A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos serviços contratados ou bens fornecidos, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades não implicará corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

**Parágrafo Quinto** – A CONTRATADA se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização do CONTRATANTE acesse quaisquer de suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, pessoas e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

## **CLÁUSULA NONA – GARANTIA**

16.1 – A ADJUDICATÁRIA seja uma Operadora de Plano de Saúde ou Seguradora, deverá prestar garantia de 2% (dois por cento) do valor total do Contrato, até o momento da sua assinatura ou da retirada do instrumento equivalente, em uma das modalidades previstas no art. 70, § 1º, da Lei Federal nº 13.303/2016 e no art. 81, § 1º do Decreto Municipal nº 44.698/2018.

**Parágrafo Primeiro** – A CCPar se utilizará da garantia para assegurar as obrigações associadas ao Contrato, podendo recorrer a esta inclusive para cobrar valores de multas eventualmente aplicadas e ressarcir-se dos prejuízos que lhe forem causados em virtude do descumprimento das referidas obrigações. Para reparar esses prejuízos, poderá a CONTRATANTE ainda reter créditos.

**Parágrafo Segundo** – Os valores das multas impostas por descumprimento das obrigações assumidas no Contrato serão **descontados da garantia** caso não venham a ser quitados no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados da ciência da aplicação da penalidade. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Terceiro – Em caso de extinção decorrente de ato praticado pela CONTRATADA, a garantia reverterá ao CONTRATANTE para execução na forma do inciso III, do art. 139 da Lei 14.133/2021. Quando a garantia for insuficiente, o CONTRATANTE promoverá a cobrança de eventual diferença que venha a ser apurada.

**1) Caso seja utilizada garantia modalidade de Caução em Dinheiro (art. 70, § 1º, I, da Lei Federal nº 13.303/2016):**

Parágrafo Quarto – Na hipótese de descontos da garantia a qualquer título, seu valor original deverá ser integralmente recomposto no prazo de 7 (sete) dias úteis, exceto no caso da cobrança de valores de multas aplicadas, em que esse será de 48 (quarenta e oito) horas, sempre contados da utilização ou da notificação pela CCPar, o que ocorrer por último, sob pena de extinção administrativa do Contrato.

Parágrafo Quinto – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art 92 do Decreto Municipal 44.698/18, a garantia será complementada no prazo **de 7 (sete) dias úteis** do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Contrato.

Parágrafo Sexto – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, de acordo com o art. 465 do RGCAF e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

**2) Caso seja utilizada garantia na modalidade de Seguro–Garantia (art. 70, § 1º, II, da Lei Federal nº 13.303/2016)**

Parágrafo Quarto – A apólice deverá ter vigência idêntica ao prazo do contrato, acrescido de XX (XXX) dias para apuração de eventual inadimplemento da Contratada — ocorrido durante a vigência contratual — e para a comunicação do inadimplemento à seguradora, com cláusula de renovação até a extinção das obrigações da CONTRATADA, vinculada à reavaliação do risco.

Parágrafo Quinto – A apólice deverá conter disposição expressa de obrigatoriedade de a seguradora informar ao CONTRATANTE e à CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias antes do prazo final da validade, se a apólice será ou não renovada.

Parágrafo Sexto – No caso de a seguradora não renovar a apólice de seguro–garantia, a Contratada deverá apresentar garantia de valor e condições equivalentes, para aprovação do Contratante, antes do vencimento da apólice, independentemente de notificação, sob pena de caracterizar-se inadimplência e serem aplicadas as penalidades cabíveis.

Parágrafo Sétimo – As apólices emitidas não poderão conter obrigações, restrições ou disposições que contrariem as disposições do presente CONTRATO e deverão conter declaração expressa da companhia seguradora, da qual conste que conhece integralmente este contrato.

Parágrafo Oitavo – A CONTRATADA encaminhará ao Contratante cópia autenticada das apólices de seguro, antes da assinatura do contrato,

Parágrafo Nono – A apólice deverá ser emitida por seguradora autorizada a funcionar no Brasil pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, – fato que deverá ser atestado mediante apresentação, junto com a apólice, da Certidão de Regularidade expedida pela SUSEP.

Parágrafo Décimo – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Contrato.

Parágrafo Décimo Primeiro – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, de acordo com o art. 465 do RGCAF.

**3) Caso seja utilizada a garantia na modalidade Fiança–Bancária (art. 70, § 1º, III, da Lei Federal nº 13.303/2016):**

Parágrafo Quarto – A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo Quinto – A fiança bancária será apresentada com firma devidamente reconhecida em cartório, exceto no caso de documento emitido por via digital, cuja autenticidade pode ser aferida junto aos certificadores digitais devida e legalmente autorizados.

Parágrafo Sexto – A fiança bancária deverá ter prazo de validade correspondente ao período de vigência deste contrato, acrescido de XX (XXX) dias para apuração de eventual inadimplemento da CONTRATADA — ocorrido durante a vigência contratual — e para a comunicação do inadimplemento à instituição financeira.

Parágrafo Sétimo – No instrumento de fiança bancária constará renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos arts. 827 e 838 do Código Civil Brasileiro, bem como sua expressa afirmação que, como devedor solidário, fará o pagamento ao Contratante, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações.

Parágrafo Oitavo – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Contrato.

Parágrafo Nono – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, de acordo com o art. 465 do RGCAF.

**4) Caso seja utilizada garantia modalidade Caução Títulos Públicos (art. 96, § 1º, I, 2ª parte, da Lei Federal nº 14.133/2021):**

Parágrafo Quarto – A contratada entregará, até a data da assinatura do contrato, os Títulos da Dívida Pública emitidos na forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia ou órgão que o suceder, no Órgão responsável pela contratação, para aferição de sua legalidade, registro e anexação ao processo de contratação.

Parágrafo Quinto – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Contrato.

Parágrafo Sexto – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, de acordo com o art. 465 do RGCAF.

**CLÁUSULA DÉCIMA – PRAZO**

O Contrato vigorará a partir da data da sua assinatura até 24 (vinte e quatro) meses contados a partir da data da sua assinatura ou da data estabelecida no memorando de início, se houver.

**Parágrafo Primeiro** – O prazo de execução dos serviços poderá ser prorrogado ou alterado nos termos do Decreto Municipal nº 44.698/2018 e demais normas municipais aplicáveis.

**Parágrafo Segundo** – No caso de serviços contínuos, o contrato poderá ser prorrogado na forma do art. 82 do Decreto Municipal nº 44.698/2018, e das demais normas municipais aplicáveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

São obrigações da CONTRATADA:

- I** – prestar os serviços ou fornecer os bens de acordo com todas as exigências contidas no Termo de Referência;
- II** – tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos;
- III** – responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Contrato, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores, independentemente das medidas preventivas adotadas e da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- IV** – atender às determinações e exigências formuladas pelo CONTRATANTE;

V – reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, no prazo determinado pela Fiscalização;

VI – responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa execução do contrato até o seu término:

a) em caso de ajuizamento de ações trabalhistas em face da CONTRATADA, decorrentes da execução do presente Contrato, com a inclusão do Município do Rio de Janeiro ou de entidade da Administração Pública indireta como responsável subsidiário ou solidário, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

b) no caso da existência de débitos tributários ou previdenciários, decorrentes da execução do presente Contrato, que possam ensejar responsabilidade subsidiária ou solidária do CONTRATANTE, as parcelas vincendas poderão ser retidas até o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

c) as retenções previstas nas alíneas “a” e “b” poderão ser realizadas tão logo tenha ciência o Município do Rio de Janeiro ou o CONTRATANTE da existência de ação trabalhista ou de débitos tributários e previdenciários e serão destinadas ao pagamento das respectivas obrigações caso o Município do Rio de Janeiro ou entidade da Administração Pública indireta sejam compelidos a tanto, administrativa ou judicialmente, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à CONTRATADA;

d) eventuais retenções previstas nas alíneas “a” e “b” somente serão liberadas pelo CONTRATANTE se houver justa causa devidamente fundamentada.

VII – responsabilizar-se, na forma do Contrato, pela qualidade dos serviços executados, e dos materiais empregados e bens fornecidos, em conformidade com as especificações do Termo de Referência, com as normas da **Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT**, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pelos responsáveis pela fiscalização da execução do contrato, assim como pelo refazimento do serviço e a substituição dos materiais e bens recusados, sem ônus para o(a) CONTRATANTE e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

VIII – manter as condições de habilitação e qualificação exigidas para a celebração do contrato durante todo prazo de execução contratual;

IX – responsabilizar-se inteira e exclusivamente pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à execução deste Contrato, eximindo o CONTRATANTE das consequências de qualquer utilização indevida;

X – observar o disposto no Decreto Municipal nº 27.715/07 e suas alterações posteriores, no que couber;

XI – Indicar, nas notas fiscais emitidas, o efetivo período da prestação de serviços do mês que está sendo faturado.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

São obrigações do CONTRATANTE:

I – Realizar os pagamentos na forma e condições previstas neste Contrato;

II – Realizar a fiscalização do objeto contratado.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

**I** - As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da execução do presente contrato administrativo independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

**II** - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da adequação, o da necessidade e o da finalidade específica, bem como as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE.

**III** - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei e nesse contrato.

**IV** - Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa SUBCONTRATADA dependerá de autorização prévia do CONTRATANTE, restringindo-se ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual, hipótese em que a SUBCONTRATADA ficará sujeita aos mesmos limites e obrigações legais e contratuais relativos à LGPD impostos à CONTRATADA, permanecendo a CONTRATADA integralmente responsável por garantir a sua observância perante o CONTRATANTE.

**V** - É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**VI** - A CONTRATADA é responsável pelo uso indevido e em desconformidade com a LGPD e com este contrato que seus empregados, colaboradores, prepostos, consultores ou prestadores de serviços fizerem dos dados pessoais, bem como por quaisquer falhas nos sistemas por ela empregados para o tratamento dos dados pessoais.

**VII** - A CONTRATADA deve adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas, aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

**VIII** - O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo realizar diligências, inspeções e auditorias, a fim de zelar pelo cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender, no prazo indicado pelo CONTRATANTE, eventuais pedidos de comprovações formulados.

**IX** - A fiscalização do CONTRATANTE não exime, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes do descumprimento da LGPD e desse ajuste.

**X** - A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**XI** - Na hipótese de ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares, a CONTRATADA deve comunicar ao CONTRATANTE o fato em, no máximo, 24 horas, contados da sua ciência, para que este possa comunicar à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e ao Titular, na forma do art. 48 da LGPD.

**XII** - A CONTRATADA deverá manter banco de dados – art. 5º, IV da LGPD – em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, disponibilizando-o quando solicitado, na forma dos arts. 25 e 37 da LGPD.

**XII.1** Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

**XIII** - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, os dados pessoais serão transferidos ao CONTRATANTE, assegurada a integridade e disponibilidade dos dados recebidos, e eliminados definitivamente pela CONTRATADA.

**XIII.1** - O CONTRATANTE manterá os dados pessoais necessários ao cumprimento do art. 16 da LGPD somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**XIV** - Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO.**

O recebimento do objeto do contrato previsto na CLÁUSULA SEGUNDA se dará mediante a avaliação de servidores designados pelo Responsável pelo Expediente, que constatarão se o objeto entregue atende a todas as especificações contidas no Termo de Referência.

**Parágrafo Primeiro** – O objeto do presente contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem as relativas ao pagamento.

**Parágrafo Segundo** – Os serviços prestados ou bens fornecidos em desacordo com a especificação do Edital e seus Anexos, e da Proposta deverão ser recusados pela Comissão responsável pela fiscalização do contrato, que anotarà em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

**Parágrafo Terceiro** – Na hipótese de recusa de recebimento, a CONTRATADA deverá reexecutar os serviços ou fornecer os bens não aceitos, em prazo a ser estabelecido pela CONTRATANTE, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos do CONTRATANTE da data da efetiva aceitação. Caso a CONTRATADA não atenda à exigência no prazo assinado, a CONTRATANTE se reserva o direito de providenciar a sua execução ou o seu fornecimento às expensas da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO**

Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior e caso fortuito poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO**

É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Pelo descumprimento total ou parcial do Contrato, a CCPAR poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas nos arts. 82 e 83 da Lei Federal nº 13.303/2016 e nos arts. 93 e 94 do Decreto Municipal nº 44.698/2018 e art. 589 do RGCAF:

- (e) Advertência;
- (f) Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato;
- (g) Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor d Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, conforme o caso e, respectivamente, nas hipóteses de descumprimento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de rescisão por culpa da CONTRATADA;
- (h) Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a CCPAR.

**Parágrafo Primeiro** – As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo no prazo de 10 (dez) dias úteis.

**Parágrafo Segundo** – As sanções previstas nos incisos “I” e “IV” do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nos incisos “II” e “II”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

**Parágrafo Terceiro** – Do ato que aplicar a pena prevista no inciso IV desta Cláusula, a autoridade competente dará conhecimento aos demais órgãos/entidades municipais interessados, na página oficial da CONTRATANTE na internet.

**Parágrafo Quarto** – A sanção prevista no inciso “IX” do caput desta Cláusula poderá também ser aplicadas às licitantes ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos pelo Decreto Municipal nº 44.698/2018, tenham:

- a) Sofrida condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Praticados atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a CONTRATANTE, em virtude de outros atos ilícitos praticados.

**Parágrafo Quinto** - As multas deverão ser recolhidas no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade ou da publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. RIO do ato que as impuser.

**Parágrafo Sexto** - Se, no prazo previsto nesta Cláusula, não for feita a prova do recolhimento da multa, promover-se-ão as medidas necessárias ao seu desconto da garantia prestada, mediante despacho regular da autoridade contratante.

**Parágrafo Sétimo** - Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

**Parágrafo Oitavo** - Nos casos em que o valor da multa venha a ser descontado da garantia, o valor desta deverá ser recomposto em 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

**Parágrafo Nono** - Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, o CONTRATANTE suspenderá, observado o contraditório e ampla defesa, os pagamentos devidos à CONTRATADA até a comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como até a recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

**Parágrafo Décimo** - Se a CONTRATANTE verificar que o valor da garantia e/ou o valor dos pagamentos ainda devidos são suficientes à satisfação do valor da multa, o processo de pagamento retomará o seu curso.

**Parágrafo Décimo Primeiro** - As multas previstas nos incisos “II” e “III” do caput desta Cláusula não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

**Parágrafo Décimo Segundo** - A aplicação das sanções estabelecidas nesta Cláusula é da competência do Diretor-Presidente da CCPAR.

**Parágrafo Décimo Terceiro** - Deve-se observar, ainda, o procedimento descrito no Regulamento de Licitações e Contratos da CCPAR no tocante à aplicação das sanções administrativas mencionadas nesta Cláusula.

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – RECURSOS**

A CONTRATADA poderá apresentar:

a) Recurso a ser interposto perante a autoridade superior, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da ciência da aplicação das penalidades estabelecidas nas alíneas do caput da Cláusula anterior ou ciência da decisão de rescisão do contrato;

b) Representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto do contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – RESCISÃO**

A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão, que poderá ocorrer através de:

- I. Ato unilateral, quando verificada a ocorrência de qualquer das situações descritas no Regulamento de Licitações e Contratos da CCPAR;
- II. Acordo entre as partes, desde que seja vantajoso para a CCPAR;
- III. Determinação judicial.

**Parágrafo Primeiro** – A rescisão operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O.RIO.

**Parágrafo Segundo** – Rescindido o Contrato, a CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar.

**Parágrafo Terceiro** – Na hipótese de rescisão unilateral promovida pela CONTRATANTE, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à multa de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não executados, ou, ainda, sobre o valor do Contrato.

**Parágrafo Quarto** – A multa referida no parágrafo anterior não tem caráter compensatório e será descontada do valor da garantia. Se a garantia for insuficiente, o débito remanescente, inclusive o decorrente de penalidades anteriormente aplicadas, poderá ser compensado com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE.

**Parágrafo Quinto** – Nos casos de rescisão com culpa da CONTRATANTE, deverá promover:

- (a) a devolução da garantia;
- (b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão;
- (c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
- (d) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

**Parágrafo Sexto** – Na hipótese de rescisão do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da rescisão do Contrato, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

**Parágrafo Sétimo** – No caso de rescisão amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim e à devolução da garantia.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – SUBCONTRATAÇÃO**

Desde que previamente prevista e no limite indicado no edital de licitação, a CONTRATADA, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento.

**Parágrafo Primeiro** – Na hipótese descrita no caput, a CONTRATADA não poderá efetivamente subcontratar, nem ceder, sem a prévia e expressa anuência da CONTRATANTE e sempre mediante instrumento próprio, a ser publicado na imprensa oficial.

**Parágrafo Segundo** – A SUBCONTRATADA deverá atender, em relação ao objeto da subcontratação, as exigências de qualificação técnica impostas ao licitante vencedor.

**Parágrafo Terceiro** – A SUBCONTRATADA será solidariamente responsável com a CONTRATADA por todas as obrigações legais e contratuais decorrentes do objeto do Contrato, nos limites da subcontratação, inclusive as de natureza trabalhista e previdenciária.

**Parágrafo Quarto** – É vedada a subcontratação de empresa ou consórcio que tenha participado:

- a) do procedimento licitatório do qual se originou a contratação;
- b) direta ou indiretamente, da elaboração de projeto básico ou executivo.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Os recursos necessários à execução dos serviços ora contratados correrão à conta do orçamento próprio da CCPAR, de acordo com as rotinas internas para a assunção e quitação de despesas.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – FORO**

Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – PUBLICAÇÃO**

Será dada publicidade deste Contrato na página oficial da CONTRATANTE na internet, nos termos do art. 39 da Lei Federal nº 13.303/2016.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**

O CONTRATANTE providenciará a remessa de cópias autênticas do presente instrumento ao Tribunal de Contas do Município na forma da legislação aplicável.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA MATRIZ DE RISCOS**

Tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual, mediante a alocação de riscos à parte com maior capacidade para geri-los e absorvê-los, foram identificados os principais riscos conhecidos decorrentes da presente contratação, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabelecidos os respectivos responsáveis e descritas suas respostas sugeridas na Matriz constante dos Anexos XVIII do Edital que integra o presente Contrato.

**Parágrafo Primeiro** – É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados na Matriz de Riscos como de responsabilidade da CONTRATADA.

**Parágrafo Segundo** – Sempre que atendidas as condições da contratação e mantidas as disposições da Matriz de Riscos, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

**Parágrafo Terceiro** – A CONTRATADA declara ter pleno conhecimento da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos na contratação e ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua proposta e formalização da contratação.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

a) A CONTRATADA se obriga a manter, durante todo o período de execução do Contrato, as condições de habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e regularidade trabalhista exigidas no Edital por meio do qual foi licitada a aquisição objeto do presente instrumento e o teor da sua proposta de preço, sob pena de rescisão do Contrato.

b) Os ensaios, os testes e demais provas requeridas por normas técnicas oficiais para a verificação da boa execução dos serviços deste CONTRATO, correm à conta da CONTRATADA.

c) Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em \_\_\_ dias de expediente na CONTRATANTE.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

**Agente Público competente do órgão ou entidade contratante**

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

---

**Representante Legal da Empresa contratada**

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

---

**Testemunha**

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

---

**Testemunha**

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

**ANEXO V**

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA – A**

**(em papel timbrado da empresa)**

Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos – CCPAR

Licitação por PREGÃO ELETRÔNICO CCPAR Nº \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

*[denominação/razão social da sociedade empresarial]*

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº \_\_\_\_\_ *[endereço da sociedade empresarial]*

A parte que a esta subscreve declara conhecer a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente na relação com a Administração Municipal.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

---

Representante Legal da Empresa contratada

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

---

Representante Legal da Empresa contratada

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

## ANEXO VI

### DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA - I-B

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo – As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

AGENTE PÚBLICO

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

---

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

## ANEXO VII

### DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA - I-C

*(em papel timbrado da empresa)*

[denominação/razão social da sociedade empresarial], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu(sua) representante legal o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_ e inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no item do Edital de nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ e sob as penas da lei, se comprometer a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e está ciente de que nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto desta contratação, ou de outra forma a ele não relacionada, nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013.

DECLARA ainda estar ciente de que a responsabilidade da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, abrangendo as sociedades controladoras, controladas, coligadas ou consorciadas para o contrato, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

---

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

**ANEXO VIII**  
**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO**

Para a execução deste instrumento jurídico, a CONTRATADA, por meio de seu representante, declara não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como os ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente aos órgãos na linha hierárquica da área encarregada da contratação.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

---

CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

**ANEXO IX**  
**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS NORMAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO**  
**TRABALHO**

DECLARO, sob a penas da lei e para os devidos fins de comprovação junto ao(à) \_\_\_\_\_ [*órgão ou entidade CONTRATANTE*], que, na execução do presente contrato, são devidamente observadas as normas de saúde e segurança do trabalho pertinentes.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

**ANEXO X**

**DECLARAÇÃO REF. ARTIGO 2º, PARÁGRAFO ÚNICO, DO DECRETO RIO Nº 19.381/2001  
E ART. 9º, § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021**

(em papel timbrado da empresa)

*[denominação/razão social da sociedade empresarial]*

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº \_\_\_\_\_.

*[endereço da sociedade empresarial]*

DECLARAMOS, sob as penalidades cabíveis, que não participam dos nossos quadros funcionais profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da Administração Direta ou Indireta do Município, nos últimos 12 (doze) meses, nos termos do parágrafo único do artigo 2º do Decreto Rio nº 19.381/01.

DECLARAMOS, de igual turno, sob as penalidades cabíveis, que não dispomos em nosso quadro societário de nenhum familiar de agente público vinculado direta ou indiretamente a unidades administrativas na linha hierárquica daquela encarregada da contratação, independentemente da modalidade adotada, nos termos do art. 7º do Decreto Rio nº 49.414/2021.

DECLARAMOS, ainda, que não participam de nossos quadros funcionais agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

**ANEXO XI**

**DECLARAÇÃO REF. AO DECRETO RIO Nº 23.445/2003**

(em papel timbrado da empresa)

\_\_\_\_\_ [órgão ou entidade licitante] Ref. Licitação nº \_\_\_\_/\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ [denominação/razão social da sociedade  
empresarial], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_,  
por intermédio do seu(sua) representante legal o(a) Sr.(a)  
\_\_\_\_\_, portador(a) da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_  
e inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº \_\_\_\_\_,  
DECLARA, para fins do disposto no inciso VI, do art. 68, da Lei Federal nº 14.133/2021, que não  
emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de  
dezesesseis anos.

Ressalva: ( ) Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

**ANEXO XII**  
**DECLARAÇÃO REF. AO DECRETO RIO Nº 27.715/07**

(em papel timbrado da empresa)

*[denominação/razão social da sociedade empresarial]*

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº \_\_\_\_\_.

*[endereço da sociedade empresarial]*

Em conformidade com o disposto no Decreto Rio nº 27.715/2007, DECLARAMOS, sob as penalidades cabíveis, que, para a execução do objeto deste Contrato, somente serão utilizados produtos e subprodutos de madeira que tenham procedência legal.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

**ANEXO XIII**  
**DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO**  
**ART. 63, inciso I e § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021**

(em papel timbrado da empresa)

*[denominação/razão social da sociedade empresarial]*

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº \_\_\_\_\_.

*[endereço da sociedade empresarial]*

Considerando o inciso I do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que atendemos aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Considerando o disposto no § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS, sob pena de desclassificação, que nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

**ANEXO XIV**  
**DECLARAÇÃO ME/EPP**

(em papel timbrado da empresa)

\_\_\_\_\_  
[denominação/razão social da sociedade empresarial], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu(sua) representante legal o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_ e inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no item \_\_\_\_\_ do Edital de nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ e sob as penas da lei, atender os requisitos para enquadramento como microempresa/empresa de pequeno porte e não incorrer em qualquer dos impedimentos para se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado correspondente conferido pela legislação em vigor, nos termos do artigo 3º, da Lei Complementar Federal nº 123/06.

RESSALVA: ( ) Há regularidade fiscal ( ) Não há regularidade fiscal

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

*A presente Declaração deverá ser acompanhada de certidão expedida pela Junta Comercial da sede ou do domicílio da microempresa ou empresa de pequeno porte licitante para comprovação do respectivo enquadramento como tal, apresentada no original ou em cópia autenticada, conforme Instrução Normativa nº 103/2007 do DNRC, publicada no DOU de 22/05/2007.*

**ANEXO XV**  
**MODELO DE INDICAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES**

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº \_\_\_\_\_.

[endereço da sociedade empresarial]

Informamos que as instalações dedicadas ao desempenho das nossas atividades relacionadas ao cumprimento do contrato objeto desta licitação estão localizadas na \_\_\_\_\_ [endereço das instalações], acompanhando a presente cópia do respectivo Alvará de Funcionamento.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

**ANEXO XVI**  
**DECLARAÇÃO DE QUANTIDADE DE EMPREGADOS**

(em papel timbrado da empresa)

*[denominação/razão social da sociedade empresarial]*

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº \_\_\_\_\_.

*[endereço da sociedade empresarial]*

Nos termos do art. 93 da Lei Federal nº 8.213/1991, DECLARO, sob as penalidades cabíveis, possuir menos de 100 (cem) empregados, não estando obrigada a cumprir a reserva de cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

## ANEXO XVII – MATRIZ DE RISCOS

TABELA 01 - RISCOS JURÍDICOS, POLÍTICOS E REGULATÓRIOS				
Id	Definição do risco	Descrição	Alocação	Ações para mitigação
1.	Alteração da política econômico-financeira decorrente de nova legislação ou regulamentação	Aumento ou redução substancial dos custos por mudanças na legislação ou regulamentos	<b>Compartilhado</b>	As Partes deverão revisar o contrato e verificar se a alteração ensejou impacto substancial nos custos, relativos ao seu objeto, derivado de alterações legais e infralegais.
2.	Alterações ordinárias na legislação ou regulamentação aplicáveis	Aumento dos custos por alterações ordinárias nos instrumentos normativos aplicáveis	<b>Contratada</b>	A Contratada deverá computar os custos e aumentos ordinários e suportar as variações decorrentes de alteração normativa, durante a execução contratual.
3.	Descontinuidade do Contrato	Risco de decisão judicial ou administrativa que venha a impedir ou restringir a prestação do serviço executado pela Contratante	<b>Contratante</b>	Deverá ser prevista a resilição ou extinção do contrato e a eventual indenização à Contratada, a depender da causa que ensejou o impedimento ou a restrição no cumprimento do contrato
4.	Força maior ou caso fortuito	Risco de não cumprimento do contrato por consequência da ocorrência de evento de força maior ou caso fortuito não coberto por seguro	<b>Compartilhado</b>	Cada uma das partes deverá assumir proporcionalmente todos os riscos que não forem seguráveis.
		Risco de não cumprimento do contrato por consequência da ocorrência de evento de força maior ou caso fortuito coberto por seguro	<b>Contratada</b>	A Contratada deverá realizar a contratação dos seguros necessários para execução do objeto contratual.
5.	Término antecipado – Falência ou Extinção de uma das Partes	Risco de perda dos recursos e ativos por consequência de decretação de falência ou extinção de uma das partes	<b>Contratada</b>	A Contratada é responsável por garantia a hígidez de sua condição econômico-financeira e pela tentativa de renegociação dos débitos e obrigações contraídas.

**TABELA 02- RISCOS ECONÔMICO-FINANCEIROS**

	Definição do risco	Descrição	Alocação	Ações
1.	Ausência da disponibilidade de recursos	Descumprimento do responsável pelo custeio da operação com suas obrigações financeiras	Compartilhado	Ambas as partes deverão arcar com seus respectivos custos e manter disponibilidade de caixa suficiente para aquisição dos equipamentos nos termos da legislação vigente.
2.	Variação de custos	Alterações e flutuações de mercado nos custos dos itens que compõem a proposta da Contratada, principalmente do dólar.	Contratada	A Contratada deverá absorver tais variações.
3.	Custos adicionais	Surgimento eventual de necessidades da Contratante que importem em custos não previstos no orçamento	Contratante	Repactuação ou reequilíbrio do contrato.
4.	Taxas de Juros	Variação da taxa de juros	Contratada	A Contratada será responsável pelos custos financeiros de sua operação.
5.	Alteração Tributária	Criação, extinção ou alteração de tributos ou encargos legais após a entrega de proposta econômica que não tenham repercussão direta nas receitas e despesas da Contratante.	Contratante	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Observância das eventuais alterações tributárias durante as revisões extraordinárias do contrato com a finalidade de adequar a relação aos novos parâmetros normativos;</li> <li>- Compatibilização das alterações tributárias na execução do contrato, independentemente de celebração e termo aditivo ou de revisão extraordinária.</li> <li>- Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, caso devido.</li> </ul>
		Criação, extinção de tributos ou encargos legais após a entrega da proposta econômica que tenham repercussão direta nas receitas e despesas da Concessionária.	Contratante	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Compatibilização das alterações tributárias anterior ao contrato, independentemente de celebração e termo aditivo ou de revisão extraordinária.</li> <li>- Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, caso devido</li> </ul>
6.	Encargos trabalhistas	Inadimplemento pela Concessionária, de encargos trabalhistas dos empregados ou	Contratada	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Observância da legislação trabalhista e previdenciária, bem como o cumprimento dos acordos coletivos e eventualmente incidentes às categorias profissionais envolvidas;</li> </ul>

		tercerizados envolvidos na prestação do serviço		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Observância das determinações legais e regulamentares quanto à legislação de segurança e medicina do trabalho;</li> <li>- Fornecimento de treinamento e capacitação técnica aos seus empregados, funcionários e prestadores de serviços.</li> <li>- Fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPIs), equipamentos de proteção coletiva (EPCs) e demais equipamentos necessários para garantir a segurança de seus empregados, funcionários e prestadores de serviços, conforme o caso.</li> </ul>
		Ajuizamento de reclamação trabalhista por empregados, funcionários e/ou prestadores de serviços da Concessionária ou de subcontratado.		
		Ocorrência de acidente de trabalho na execução do objeto		
7.	Sinistro	Variação da sinistralidade da carteira, a qual constitui risco ordinário da atividade da Contratada.	Compatilhada	Reajuste do contrato nos termos do Termo de Referência
8.	Aumento do custo médico hospitalar	Ocorrência de aumento por parte dos hospitais, clínicas, laboratórios e outros prestadores	Contratada	A Contratada deverá absorver tais variações
9.	Alteração na rede, inclusive quanto a capacidade, qualidade ou distribuição geográfica;	descredenciamento, substituição ou indisponibilidade de prestadores da rede assistencial;	Contratada	A contratada deverá providenciar a substituição, em igual nível, dos prestadores descredenciados para que não haja falha na cobertura contratada.
10.	Ocorrências nos canais de atendimento	indisponibilidade ou falha de canais de atendimento, aplicativos, sistemas ou serviços de telemedicina;	Contratada	A contratada deverá providenciar alternativas para a indisponibilidade dos canais para que a CCPar não seja prejudicado.
11.	Erros operacionais na gestão do plano	Erros operacionais na gestão do plano, incluindo faturamento, autorizações e cadastro de beneficiários;	Contratada	A contratada deverá realizar a retificação do erro sem custo para a CCPar.
12.	Falhas na autorização de procedimentos	negativas indevidas de cobertura, atrasos ou falhas na autorização de procedimentos	Contrada	Justificar os procedimentos negados, bem como os atrasos e falhas na autorização dos procedimentos.